

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Krishna Chiminazzo Predebon

SEM POUSO E SEM RUMO:
MENDIGOS E SEM-TETO EM PORTO ALEGRE
NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Porto Alegre
2011

Krishna Chiminazzo Predebon

SEM POUSO E SEM RUMO:
MENDIGOS E SEM-TETO EM PORTO ALEGRE
NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em História da Universidade do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof^a Dra. Cláudia Mauch

Porto Alegre
2011

*A todos os participantes da revolução
particular pra qual a História foi,
no fundo, o melhor pretexto.*

AGRADECIMENTOS

À Cláudia, por um semestre de história do crime que rendeu muita fermentação e por tudo o que veio depois, sobretudo a orientação dedicada que deu a este trabalho, sempre compreensiva com a intranquilidade constante e com extrapolação sistemática dos prazos. Ao professor Ivaldo Gehlen, pelo convite à aproximação ao mundo da rua em 2007, fundamental para o trabalho e para outras desacomodações.

À mãe, referência-mor de sensibilidade e inquietação, de uma mente que voa e um coração que comanda. Ao Valde, pela solidez e pelo afeto com que abraçou esta causa, com todas as implicações. Aos dois, conjunto *pais*, pela liberdade de escolher, sem colocar entraves às mudanças de ideia e experimentações, e concretamente bancando quase todas. À Isadora, de segurança e magnetismo invejáveis, pela doçura gratuita de sempre. À Luísa, criatividade faiscante e brincalhona, pela parceria afinada. À vó, que à sua maneira mui peculiar sempre cultivou a independência, própria e dos seus. À dona Olívia, que abriu vaga pra mais uma neta por escolha.

À Jéssica, mulher forte e objeto da minha admiração desde 1992, sempre perto ainda que longe. À Gloria Maria, cidadã do mundo, maior transformadora de limões em limonadas de que se tem notícia.

Ao Róber, irmão que me recebeu aqui com ideias e pessoas interessantes. Ao seu João e à sua Naza, que abriram pra mim o nicho que criaram, cheio de coisas que funcionam diferente. À Marga, sintonia imediata e presença insubstituível nos melhores e piores humores.

À indefectível corja, sempre essencial: Diego, amizade sem frescura, parceria fácil e irrestrita desde os primeiros RUs; Gi, potência despreziosa e delicadeza sem tamanho; Ian, corajoso na experimentação e na exposição; Maurício e Carlos, donos de meiguices e generosidades impagáveis.

À Yoko, à Uma e à Outra, responsáveis soberanas por uma casa cheia de pelos e por um cotidiano cheio de carinhos ronronantes, sem razão nem condição.

Ao Pietro, sempre encantador no entendimento sem esforço e na liberdade infantil, gracias pelo memorável pé na porta que dividia os nossos mundos.

RESUMO

Em 1931, duas instituições eram inauguradas em Porto Alegre para o atendimento de uma pobreza que perambulava pelas ruas da cidade: a Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados, vagamente destinada a “amparar mendigos e necessitados”, e o Abrigo Noturno Dias da Cruz, com o propósito específico de oferecer acolhimento àqueles que, do contrário, “dormiriam nas dependências dos postos policiais, em prédios abandonados, debaixo dos trapiches ou ao relento”. A sua criação quase simultânea indica que a presença desses indivíduos foi um problema posto para a cidade nesse momento, para o qual cada uma propôs a sua própria resposta, organizando ações em relação ao seu objeto, intimamente associadas às representações que construíram sobre ele. As formas que esses esforços assumiram, os argumentos que os justificaram, a aceitação ou refutação que encontraram junto ao poder, por um lado; a sensibilização que foram capazes de produzir na sociedade em que estavam inseridos, por outro; são elementos que implicam a existência de códigos partilhados por esse grande conjunto. Que códigos são esses, de onde se enunciam e que práticas orientam são as respostas buscadas, sobretudo, nas elaborações presentes nos relatórios das duas instituições.

Palavras-chave: pobreza, desfiliação, mendicância, assistência, abrigagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 PARA OS POBRES E OS NECESSITADOS: DUAS RESPOSTAS À QUESTÃO SOCIAL.....	16
1.1 <i>Ao abrigar-te aqui, não te sintas humilhado, a casa é tua:</i> O Abrigo Noturno Dias da Cruz	16
1.2 <i>Dar esmolas na rua é aumentar a miséria protegendo a vadiagem:</i> A Sociedade Porto-Alegrense De Auxílio Aos Necessitados	20
1 PORTO ALEGRE NÃO MAIS PODE ADMITIR, EM SUAS RUAS, O ESPETÁCULO DA POBREZA ESMOLANTE: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA.....	23
2.1 <i>A pobreza da nossa capital.....</i>	27
2.2 <i>Os que realmente carecem de esmola:</i> “Verdadeiros” mendigos e necessitados	31
2.3 <i>Nada poderá haver de mais lucrativo do que estender a mão à caridade pública:</i> A campanha contra a falsa mendicância	35
2.4 <i>O complexo problema da mendicância pública:</i> Repressão e asilamento	39
2.5 <i>O pobre envergonhado, quem não o conheceria?</i> A “boa forma” de ser pobre.....	45
2.6 <i>A massa irregular que marcha sem rumo:</i> Os “sem-trabalho” e os “sem-teto”.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
FONTES CONSULTADAS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
APÊNDICES	63
ANEXOS.....	65

INTRODUÇÃO

Em maio de 2008 a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre divulgava formalmente o número de “pessoas em situação de rua” na cidade. 1203 adultos e 383 crianças e adolescentes utilizavam, então, “as ruas, praças e outros espaços públicos para sua existência ou habitação de forma permanente, eventual ou intermitente e/ou faz[iam] uso de abrigos e albergues destinados ao seu acolhimento, mesmo que eventualmente” (SCHUCH, 2008b, p. 31). Através de recenseamentos específicos, Porto Alegre e outras grandes cidades brasileiras conferiam a mais de 30 mil pessoas uma existência oficial, historicamente negada nos censos nacionais – baseados no critério domiciliar. A divulgação desse “outro censo” estimulou a publicação de uma série de matérias nos jornais e na televisão, proliferaram opiniões sobre o constrangimento que os pedintes impunham aos cidadãos porto-alegrenses, sobre a vida nos abrigos, sobre a renda da mendicância etc. Embora o contato – no mínimo visual – com mendigos, pedintes e pessoas dormindo nas calçadas fizesse parte do cotidiano da cidade, era como se, de um momento para o outro, se pusesse um holofote sobre aquilo que costumava fazer parte das “sombras” da paisagem urbana.

Essa visibilização repentina convidava não só a olhar, de fato, para um “outro” sujeito da cidade, mas a questionar o que acionava tanta atenção, tanto por parte da mídia quanto por parte do poder público. Esforços dessa dimensão – que despendem recursos significativos não só para quantificar, mas também mapear demandas sociais e compreender elementos simbólicos, por entenderem a população em situação de rua (entre outros grupos) como portadora de especificidades socioculturais que devem ser levadas em conta na formulação e gestão de políticas públicas – são uma forma muito particular, e recente, de lidar com uma certa situação social¹. A acentuação de uma preocupação pública vinha desde a década de 1980 (SCHUCH, 2008a; VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992), explicada sobretudo pela própria emergência do fenômeno, como se uma deterioração particular das condições de vida, consequência natural do avanço capitalista, tivesse de repente empurrado para as ruas cen-

1 “No âmbito das políticas públicas federais, o maior interesse sobre as especificidades da ‘população adulta em situação de rua’ data de 2004, quando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) propôs o debate em torno de políticas específicas para os indivíduos colocados nessa situação social. Como resultado do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, no ano de 2005, foi solicitada uma pesquisa de abrangência nacional sobre o assunto, que fornecesse informações sobre o número e modo de vida das pessoas em situação de rua dos principais municípios brasileiros. A efetivação dessas pesquisas de forma coordenada pelo governo federal, durante o ano de 2007, marcou um incremento de visibilidade social dos direitos das pessoas em situação de rua, ao mesmo tempo em que seus resultados mostraram a necessidade de muitos investimentos políticos e sociais na promoção e proteção de direitos conquistados e ainda não efetivados” (SCHUCH, 2008a, p. 16-17).

tenas – mesmo milhares – de pessoas. Se é aceitável que de fato tenha havido um crescimento do número de pessoas vivendo nos espaços públicos e isso, constituindo-se em “problema social”, tenha chamado atenções e dado ocasião a debates em torno de causas e soluções, essa explicação parece deixar de lado alguns aspectos da questão.

Durante muito tempo à margem também das preocupações da academia, pessoas que vivem nas/das ruas têm se tornado objeto de estudos nos últimos vinte anos, produzidos sobretudo nas áreas da antropologia, psicologia, sociologia, serviço social e saúde. Com propostas diversas, esses trabalhos têm em comum a busca do entendimento de fenômenos contemporâneos. Uma perspectiva histórica tende a entrar como um rápido contexto, geralmente abordando o êxodo rural e o crescimento das cidades, bem como a deterioração das condições de vida como consequência do capitalismo.

Os historiadores, se têm se mantido à parte das discussões recentes sobre o morador de rua, têm trabalhado com temas não exatamente sinônimos, mas de certa forma aparentados, como vadiagem, vagabundagem e mendicância, a partir do entendimento de que esses atores são, também, portadores de uma prática histórica significativa. No Brasil, alguns trabalhos realizados em outras grandes cidades brasileiras apontaram para as décadas de 1930 e 1940 como um momento de inflexão no tratamento da pobreza, principalmente discutindo a supervalorização do trabalho, a condenação moral e penal da mendicância e da vadiagem, o início de uma preocupação oficial com a assistência. A pesquisa preliminar feita em Porto Alegre não revelou, ao contrário do que ocorria em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo no mesmo período, a existência de processos criminais por vadiagem ou por mendicância (ambas enquadradas no Código Penal de 1890 e depois na Lei das Contravenções Penais de 1942). Como termômetro, nesse caso, o recurso foi, tendo como base o ano de 1940, perscrutar os jornais de Porto Alegre. Denunciava-se, de fato, a presença de uns e outros, mas vadiar significa não ter trabalho reconhecido como legítimo, e mendigar significa pedir esmolas, recorrer à caridade alheia. Ainda que *vadio* e *mendigo* pudessem ser formas de designar o que hoje se chama “morador de rua”, isso não implicava que já existissem nesse momento pessoas vivendo nos espaços públicos da cidade.

Novas incursões nos periódicos porto-alegrenses acabaram por trazer à tona a criação, em 1931, do Abrigo Noturno Dias da Cruz, o primeiro estabelecimento do gênero em Porto Alegre. O *Diário de Notícias* justificava a iniciativa:

Não é segredo para ninguém, que em Porto Alegre, todas as noites, centenas de infelizes, desamparados, para não ficarem ao relento, sujeitam-se a dormir nos xadrezes das delegacias de policia, em promiscuidade com ladrões, bebados e individuos de toda especie, a troco de serviços que prestam pela manhã aos policiaes daquellas repartições. Outros perambulam a noite inteira, ou pro-

curam os corredores das redacções dos jornaes, afim de descançarem um pouco, na falta de um albergue que os agasalhe² (UM ABRIGO..., 1931, p. 7).

O ano de 1931 é o momento de criação não só do Abrigo Noturno Dias da Cruz, mas também da SPAAN (Sociedade Porto Alegre de Auxílio aos Necessitados), que iniciaria um trabalho de assistência na forma de distribuição de esmolas e, no início da década de 1940 abriria, também, um abrigo no bairro Teresópolis. A criação de duas instituições voltadas ao atendimento de uma pobreza desabrigada pressupõe a identificação de uma demanda social – e tentativas de resposta por parte de organizações distintas.

Há um certo consenso entre os autores que trabalham com a história das políticas sociais brasileiras (SPOSATI et al., 1985; IAMAMOTO, 1982; VIEIRA, 1982) em relação à década de 1930 como marco de início de uma preocupação oficial com a assistência, ainda que vinculada principalmente à participação no mundo do trabalho. A questão social começa a ser posta não só como questão de polícia, mas de política. Em 1931 é criada a Caixa de Subvenções, a fim de analisar e fiscalizar pedidos de subvenções para ações sociais. A constituição de 1934 será a primeira a tratar de assistência social, apontando o poder público como o responsável pelo amparo aos indigentes. Em 1938 seria criado o Conselho Nacional de Serviço Social e em 1942 a Legião Brasileira de Assistência. Por outro lado, a Lei de Contravenções Penais de 1942 previa pena de prisão a quem “se entregasse à ociosidade” podendo trabalhar. No país, as décadas de 1930 e 1940 assistiram à promoção de uma atenção diferenciada em relação a grupos socialmente vulneráveis. Em Porto Alegre, maior cidade do Rio Grande do Sul e capital engajada numa campanha pela adequação aos padrões de modernidade e civilidade de outras grandes cidades do Brasil e do mundo, iniciativas particulares foram lançadas para minorar o problema.

A proposta que orienta este trabalho é a de buscar a profundidade histórica de uma questão que é do presente, tentando identificar como ela se colocou em um momento do passado e quais as respostas pensadas para resolvê-la. Parte-se de uma ideia mais de homologia do que de continuidade, ou seja, de que seja comparável a posição ocupada na estrutura social pelos indivíduos que não conseguem lugar estável nas formas dominantes de organização do trabalho e do pertencimento comunitário, ainda que essas formas variem significativamente no tempo (CASTEL, 2008, p. 27-28). As fontes utilizadas nesta pesquisa são fundamentalmente os relatórios de duas instituições – contemporâneas – voltadas para o atendimento a essa população (SPAAN e Instituto Dias da Cruz). Conforme será desenvolvido a seguir, trabalhos a respeito da população adulta de rua em Porto Alegre têm trazido contri-

2 Em todas as citações diretas utilizadas neste trabalho, a grafia original das fontes foi respeitada.

buições importantes, mas cujo escopo não abrange a historicização dessa condição ou da sua visibilidade. Pesquisas que se preocuparam com temáticas semelhantes no passado da cidade, como a da *vadiagem*, não têm nelas o seu objetivo principal, e via de regra são desenvolvidas a partir do discurso da imprensa; não foi encontrada qualquer indicação sobre estudos realizados com base na documentação produzida por estas duas instituições, em particular.

A primeira definição que orienta este trabalho é aquela proposta por Patrice Schuch et al. para a “população adulta em situação de rua”:

[...] um conjunto não homogêneo de indivíduos que utilizam as ruas, praças e outros espaços públicos para sua existência ou habitação de forma permanente, eventual ou intermitente e/ou fazem uso de abrigos e albergues destinados ao seu acolhimento, mesmo que eventualmente (SCHUCH et al., 2008b, p. 31).

Esse foi o conceito utilizado no *Cadastro e estudo de mundo da população adulta e situação de rua em Porto Alegre/RS*, pesquisa de caráter quanti-qualitativo realizado por iniciativa da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em parceria com o Laboratório de Observação Social da Universidade do Rio Grande do Sul (LABORS/UFRGS). Com vistas a aprofundar o conhecimento sobre segmentos sociais tradicionalmente excluídos e assim instrumentalizar a gestão da política de assistência social, o estudo produziu ricas discussões conceituais e metodológicas. No caso da “população em situação de rua”, o desafio colocado era pensar essas pessoas “para além do estigma que, historicamente, as têm definido” (SCHUCH et al. 2008a, p. 13), o que implica pensá-las em relação a um conjunto de “atributos de normalidade”, assim como nas formas de gestão pública dessa situação social. Tendo em vista esse objetivo, os autores se propõem a reconstituir “alguns aspectos da genealogia da existência, permanência e habitação na rua como uma problemática de grande apelo social”. Apoiam-se em Michel Foucault para definir o ponto de partida dessa genealogia na época moderna, período em que se estabelece uma nova lógica de governo das populações e a própria rua passa a ser um espaço a governar: “[...] as populações que lá habitam, circulam ou definem a sua existência tornam-se alvos de processos de enquadramento em redes de poderes diversos para seu controle e auxílio” (SCHUCH et al., 2008a, p. 14). A progressiva especialização das políticas de intervenção é acompanhada pela diferenciação de uma população heterogênea e se concretiza em estratégias diversas, desde a exclusão até a educação, recuperação e atenção aos sujeitos. Paralelamente, com o desenvolvimento de uma nova ética de produção intrínseca ao capitalismo, o trabalho passou a ocupar um lugar importante na remodelação social. Técnicas diversas, como o urbanismo e o higienismo, foram elaboradas para orientar um saneamento físico e moral, e “a rua tornou-se, idealmente, um espaço de circulação mais do que de permanência e os amontoamentos de coisas e pessoas passa-

ram a ser combatidos como estando ‘fora de lugar’” (SCHUCH et al., 2008a, p.15). No caso específico do Brasil, os autores situam os processos de visibilização da “população em situação de rua” na segunda metade do século XX, quando os debates sobre o tema intensificaram-se no conjunto das intervenções públicas, com preocupações sobretudo em relação às causas do fenômeno. Intensificadas a partir da década de 1980, essas discussões propiciaram um reconhecimento da não homogeneidade dessas populações e da pluralidade de usos e sentidos da rua. Pondo em causa a diversidade, problematizam-se as definições empregadas para identificar essas pessoas, o que implica em rejeitar a fixação de uma imagem essencialista e refletir sobre os processos de construção de “dados” dessa (e de outras) realidade(s)³.

Com o objetivo de resgatar a visibilidade da população que habita os espaços públicos se coloca o trabalho de Cláudia Turra Magni, *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*, realizado em 1994. Essa etnografia procurava “entender a dinâmica que se instaura em função da própria ‘não-fixação’ domiciliar” e “acaba por fazer da mobilidade não apenas um período transitório, mas uma forma de vida, mantida ao longo dos anos e, por vezes, através das gerações” (MAGNI, 2006, p. 10). Nos capítulos iniciais, a autora faz uma recuperação da bibliografia que trata do contexto europeu, da antiguidade à era contemporânea, bem como de alguns elementos da evolução urbana de Porto Alegre, a fim de situar o sujeito de sua pesquisa na cidade que o envolve, com o objetivo de entender qual a ordem e quais os valores que a sua presença subverte. Dessa forma, a autora se apropria de historiografia que não trata do problema de forma direta, mas tangencial, apontando alguns marcos: a domesticação do tempo/espaço empreendida a partir da segunda metade do século XIX; a concentração de rendas e a atratividade do meio urbano em relação ao rural, que fez com que se instalasse uma população crescente de forma cada vez mais precária, ocasionando a emergência e a preocupação pública com as primeiras “vilas de malocas” na cidade; a periferização da população pobre a partir da década de 1960; as mudanças nas políticas habitacionais na década de 1970. Todos esses elementos colaboram como indícios para a compreensão da sociedade onde se inserem os sujeitos pesquisados pela autora em meados da década de 1990, mas não tratam (nem faz parte da sua proposta) de

3 Preocupações semelhantes orientam o trabalho de Vieira, Bezerra e Rosa (1992), construído por iniciativa da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes) da cidade de São Paulo, numa reflexão coletiva com organizações não governamentais e a universidade (PUCSP), com o objetivo principal de subsidiar a formulação de propostas de trabalho.

uma genealogia da sua visibilidade, ou de grupos que tenham ocupado no passado da cidade posições homólogas⁴.

Camila Giorgetti produz um amplo trabalho baseado no estudo das representações sobre a população de rua, materializado em duas publicações: *Moradores de rua: uma questão social?* (2006) e *Poder e contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris* (2007). A autora busca, ao caracterizar o lugar ocupado pelos moradores de rua no imaginário social das duas cidades, apontar “em que medida esse problema se constitui como uma questão social, capaz de aglutinar, em torno de si, a atenção da sociedade e de suscitar intervenções do poder público que visem ao seu enfrentamento” (GIORGETTI, 2006, p. 7). Na primeira parte da obra (2006), analisa essa percepção social através de entrevistas com funcionários ou representantes de diversas instituições que atendem a população de rua, através de uma análise estatística das respostas que vão resultar na formulação de duas grandes tendências: *cidadania* (absoluta e relativa) e *higienismo* (absoluto e relativo). Na segunda parte (2007), trata das representações produzidas no âmbito do poder (através de leis, projetos de lei e relatórios voltados à população de rua) e das possibilidades de contrapoder das representações produzidas pela mídia (através da análise das notícias publicadas sobre a pobreza no período de 1981 a 2003) e pela academia, sempre preocupada em estabelecer comparações entre as cidades de São Paulo e Paris⁵.

De outro lado, alguns trabalhos produzidos no âmbito da história contribuem para pensar em formas de identificar o objeto “viver na rua” no passado. Robert Castel, na obra *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, constrói um amplo panorama da *questão social*⁶, fazendo uma leitura sociológica de textos historiográficos a fim de mensurar a ameaça de fratura que assombra as sociedades contemporâneas (desemprego massivo, instabilidade das situações de trabalho, inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de *supranumerários*), o que tem de comum e de diferente em relação às antigas situações de vulnerabilidade de massa. Nesse sentido, a análise do trabalho (não enquanto “relação técnica de produção”, mas enquanto “suporte privilegiado de inscrição na

4 Trabalhos etnográficos sobre a população de rua em diversas cidades incluem: Snow e Anderson (1998), Kasper (2006) e Capper (s.d.). Uma preocupação com as representações dos atores a respeito da sua própria realidade aparece também no trabalho de Flora (1987), assim como uma discussão das determinações históricas do fenômeno da mendicância nas formações sociais capitalistas dependentes, como o Brasil. Outra proposta de caracterizar a população em situação de rua e inseri-la no contexto que lhe dá origem é a de Costa (2005).

5 Outros trabalhos que tratam da percepção social sobre a população de rua são: Mattos e Ferreira (2004) e Mendes e Silveira (2005).

6 Uma discussão pormenorizada do conceito e da sua aplicação a este trabalho será feita mais adiante, no segundo capítulo.

estrutura social”) objetiva o entendimento da incerteza dos estatutos, da invalidação social, da desfiliação e, assim, das condições da coesão social. Com apoio nas reflexões de Robert Castel, assume-se que a “pobreza desamparada” tenha um caráter particular, distinto de uma pobreza integrada que, estando em seu lugar, é “simplesmente pobre, ‘faz parte da ordem do mundo’” (2008, p. 105). A dimensão econômica não é o diferenciador essencial dessa situação, uma vez que, em muitos grupos populares, a precariedade do trabalho pode ser compensada pela densidade das redes de proteção próxima, propiciadas pela família, pela vizinhança, pela corporação. Por outro lado, a assistência a indivíduos incapazes de prover seu próprio sustento por meio do trabalho (deficientes, crianças, anciãos etc.), ainda que apresente dificuldades e embaraços, também não cria problemas de princípios. “A existência desse tipo de população não questiona, de modo fundamental, a organização social” (CASTEL, 2008, p. 42). É a pobreza capacitada para o trabalho, mas que não encontra lugar na esfera da produção, nem é amparada pelas formas tradicionais da assistência, que suscitará uma *questão social*⁷.

Os textos de Silvia Helena Zanirato Martins, ao analisarem as representações da “pobreza desocupada” em processos criminais (1998) e na imprensa (1999) e ao problematizarem esses “novos atores urbanos” diante da normatização social que se perseguia nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil (2000), foram de fundamental importância para situar historicamente o objeto e estabelecer uma referência temporal como ponto de partida para comparações com Porto Alegre. A década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi marcada por um projeto de edificação da nação, calcado sobretudo na defesa do trabalho. A presença de mendigos e vadios contrastava com essa nova ordem pública que se buscava implementar, problema que foi enfrentado através do desenvolvimento de uma série de saberes que visavam a uma administração científica da pobreza. A assistência foi reformulada com a introdução de um serviço social racionalmente planejado e a intervenção do Estado através de políticas de valorização do trabalho e combate à miséria. Por outro lado, foi um período de desenvolvimento sem precedentes dos aparatos repressivos voltados ao controle da população pobre, identificada como indolente e ociosa. Para a autora, as representações veiculadas na imprensa e a associação entre cidadania e trabalho contribuíram para uma acentuação das condições de desigualdade ainda enraizadas na estrutura social do país.

Os trabalhos de Anderson Zalewski Vargas (1992), Sandra Pesavento (1998) e Charles Monteiro (1995) dedicam-se brevemente à questão da vadiagem e da mendicância em Porto

7 A noção de *questão social* sistematizada por Castel norteia as reflexões de Pereira (2007), e as de *desfiliação* e *desterritorialização* orientam o trabalho de Valencio et al. (2008).

Alegre. Na obra *Os pobres da cidade*, Pesavento (1998) analisa o período que vai do final do século XIX ao início do XX, e dedica um capítulo aos “perigos da rua” na contramão da nova ordem – burguesa, higienista e moralizante. Em *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social*, Vargas (1992) investiga a ideologia autoritária dos intelectuais gaúchos sobre aqueles considerados como inferiores, durante o processo de constituição do capitalismo no país e as transformações urbanas que acarretava, nas duas primeiras décadas do século XX. A fim de conhecer esses “inferiores” e compreender a ideologia do jornal *O Independente* a seu respeito, o autor busca indícios nas estatísticas policiais, chamando a atenção para a ausência de prisões por vadiagem, que segundo ele existiram e foram significativas. Essas estatísticas eram dominadas por pequenos delitos e contravenções comumente associados à vadiagem, que geraram inquietação e a organização de um aparato policial que zelasse pela “moral” e pelos “bons costumes” na cidade, reprimindo um segmento específico da população. Charles Monteiro (1995), em *Urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*, aborda a relação entre o projeto de remodelação e a campanha de moralização das formas de sociabilidade públicas, no período imediatamente anterior ao recorte proposto para este trabalho. Os três autores trabalham com fontes da imprensa e discutem a campanha empreendida pelos periódicos porto-alegrenses contra a figura do vadio, antítese do trabalhador honrado cuja identidade procurava-se afirmar no processo de regeneração do conceito de trabalho. Clamava-se pela diferenciação e pela solução urgente do problema: aos mendigos “verdadeiros”, caberia o isolamento em asilos destinados a esse fim; os vadios, “exploradores da caridade pública” deveriam ser recolhidos pela polícia (MONTEIRO, 1995). Ainda que se acusasse uma presença maciça de “desenfreada vadiagem”, Pesavento não considera que ela representasse uma ameaça de subversão real da ordem, mas era imprescindível que não se permitisse que a ameaça virtual pudesse por a perder todo um intento de disciplinarização e reordenação da cidade. Para Monteiro, “a modernização das sociabilidades públicas e a erradicação dos costumes em dissonância com a nova ordem eram faces do mesmo processo de desenvolvimento capitalista e busca da modernidade em Porto Alegre” (1995, p. 89-90).

Carla Luciana Silva, em *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros* (2001), menciona a criação do Albergue Noturno Dias da Cruz, em 1931, como uma das ações que – assim como outras de iniciativa religiosa – funcionavam como “uma forma eficiente de envolver a sociedade civil no projeto de total vinculação do público/político com o privado, promovendo a despolitização” (p. 197). A autora busca perceber a importância atribuída a esse tipo de medida para a formação de uma certa concepção de cidadania brasileira,

segundo a qual os ‘privilegiados da sorte’ deveriam tomar consciência do seu papel social, que seria o de contribuir para amenizar a situação dos ‘desprotegidos da sorte’, para assim melhor ‘construir a nação’. Permeava essa ação a iminência de um perigo: a possibilidade de rompimento com a ordem estabelecida (SILVA, 2001, p. 197).

A pobreza, segundo a autora, era entendida como uma questão de falta de sorte, contingência, e a caridade, assim, como um “gesto cristão que dignifica os que o praticam e consola os que o recebem” (SILVA, 2001, p. 199). Essa caridade, organizada geralmente por grupos religiosos e respaldada por senhoras da alta sociedade porto-alegrense era aplaudida pelos jornais analisados pela autora (*Correio do Povo* e *Correio da Manhã*), num franco apoio que associa às campanhas anticomunistas divulgadas pelos mesmos veículos. De acordo com Silva, campanhas de diversas tendências políticas, de liberais a conservadores, promoviam nos jornais e em livros a defesa da ordem, “contrapondo ao ‘perigo vermelho’ a lógica do ‘espírito brasileiro’” (p. 202).

Este trabalho foi construído a partir da motivação primeira de identificar no passado algumas formas que pode ter tomado a questão “morar na rua” para, então, analisar como foi percebida e que tipos de respostas foram assumidas como possíveis. Para tanto, a primeira definição imprescindível foi a de quais sujeitos (ou de qual fenômeno social) se está tratando, uma vez que: 1) o fenômeno “viver na/da rua” pode ser considerado uma forma particular da pobreza ou miséria, mas não se confunde com elas; 2) o uso dos termos pelos quais comumente se designa hoje o sujeito de interesse deste estudo – pessoa em situação de rua/morador de rua – é posterior às décadas de 1930 e 1940, o que não significa que situações semelhantes não pudessem existir nesse período, nomeadas de outras formas; 3) frequentemente, termos de uso cotidiano não são definidos e problematizados em todas as suas implicações nas fontes, de maneira que a coincidência de sentidos entre aquilo que se busca e aquilo que as fontes descrevem é fundamentalmente incerta. A definição formulada por Patrice Schuch et al. (2008b) para “população adulta em situação de rua”, anteriormente citada, orientou a busca que acabou por identificar, no passado de Porto Alegre, a existência de indivíduos vivendo em condições semelhantes. Feita essa constatação, interessava compreender como foram percebidos, nomeados, caracterizados, tratados. Importa esclarecer que as concepções em causa são sempre um olhar externo, não há nas fontes, lamentavelmente, qualquer indicação sobre como os sujeitos percebem a sua própria situação.

Quais foram, portanto, as representações elaboradas pela SPAAN e pelo Abrigo Noturno Dias da Cruz sobre a pobreza que perambulava pelas ruas de Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940, e quais as soluções que propuseram para o problema? As respostas foram buscadas nos relatórios das duas instituições, objetivando, sobretudo: 1) levantar um breve histórico do seu funcionamento: quando e por quem foram criadas, quais os serviços

prestados, quais os critérios de atendimento e quais as alterações importantes durante o período em questão; 2) mapear as formas que cada uma utilizou para nomear, caracterizar e diferenciar o seu público; 3) analisar a relação entre as percepções que cada uma dessas entidades formulou sobre o problema e as soluções que propôs.

O marco inicial desta pesquisa é a data de inauguração do primeiro Abrigo Noturno de Porto Alegre, justamente porque a sua criação pressupõe (diferente de outras instituições que possivelmente atendam os mesmos indivíduos) uma forma particular de assistência a uma população não só pobre ou miserável, mas desabrigada, vivendo, mesmo que temporariamente, no espaço pensado para a circulação. A fundação da SPAAN, meses depois, reforça o ano de 1931 como momento de uma preocupação diferenciada com a pobreza que circulava pelas ruas de Porto Alegre. No caso dessa entidade, a década de 1940 trouxe transformações significativas nas formas de assistência prestada, com o início do funcionamento do seu Abrigo em Teresópolis. 1949 é o ponto final do recorte proposto, determinado pela documentação disponível.

As fontes centrais do trabalho são os relatórios produzidos pelo Instituto Espírita Dias da Cruz (1936-1943, 1949) e da SPAAN (1931-1932; 1939-1949). Ainda que as duas instituições tenham se mantido em funcionamento de forma ininterrupta desde a sua fundação, os relatórios consultados eram os únicos disponíveis; não foi possível saber se porque fora desse período eles não foram elaborados ou se não se conservaram. Nesses documentos, constam o número de pessoas atendidas, receita e despesas, subvenções, melhoramentos materiais, relações com a polícia, com outras instituições e com a imprensa, além de menções a eventos importantes e comentários sobre as atividades, seus propósitos e seus sucessos. Os relatórios funcionam sobretudo como prestação de contas aos sócios, à imprensa e eventualmente aos órgãos que colaboram com subvenções. Tem relevo, mais que tudo, o número de atendimentos, além da prestação de contas de receita e despesa; lamentavelmente, salvo raras exceções, não constam dados mais específicos ou descrições mais detalhadas acerca dos seus usuários. Alguns deles foram impressos, o que, ainda que se desconheçam as tiragens, indica uma circulação maior do que as reuniões internas (esses documentos provavelmente eram enviados, no mínimo, aos órgãos que concediam subvenções).

Secundariamente, pretendia-se acompanhar as notícias relacionadas à atuação das instituições na imprensa de Porto Alegre, o que infelizmente se tornou inviável, pela extensão do recorte. A riqueza do conteúdo dos textos coletados durante a pesquisa preliminar, porém – que não é constante, ao contrário da expectativa frustrada por uma breve amostragem – colaborou para preencher lacunas e interpretar as fontes, de maneira que a sua exclusão da análise pareceu perda maior para o texto do que a sua inclusão seria para o método.

1 PARA OS POBRES E OS NECESSITADOS: DUAS RESPOSTAS À QUESTÃO SOCIAL

1.1 AO ABRIGAR-TE AQUI, NÃO TE SINTAS HUMILHADO, A CASA É TUA⁸:

O ABRIGO NOTURNO DIAS DA CRUZ

Um vento arrepiante de duríssimo inverno varria para o nascente os véos de uma noite de neblina, que transcorreria na pobreza dolorosa de um céu sem estrêlas. No cumprimento de nosso dever policial estavam no terreno ao fundo da antiga Uzina Elétrica Municipal; à esquina das ruas Voluntários da Pátria e Pinto Bandeira, onde um grupo de homens dormia ao relento, aquecendo seus corpos mal vestidos junto às escórias incandescentes transportadas das posantes caldeiras. Um dêles não devia mais acordar para os sofrimentos da terra... Jazia de boca aberta, olhos vítreos, tendo o corpo inteiriçado pelo frio da morte... O exame pericial revelou que fôra vítima de asfixia, pelos gazes despreendidos dos restos de carvão ainda em ignição...

A tarde foi levado ao Campo Santo, na humildade de um esquite de última classe doado pela piedade de alguns amigos nossos, e a visão daquele corpo miserável e sofredor foi a semente, que fez germinar no nosso cérebro a idéia de um albergue noturno, onde tivessem acolhimento aqueles que viviam a dolorosa provação dos sem tétó (ALMEIDA FILHO, 1945, p. III-IV).

Porto Alegre, 1925. Com o consentimento do prefeito Otávio Rocha, o então policial João Pompílio de Almeida Filho, movido pela dramática cena, teve a iniciativa de dispor 20 camas de madeira num dos compartimentos térreos da prefeitura, onde, “noites e noites”, muitos homens iriam “descançar seus corpos combalidos sob aquele tétó amigo e acolhedor” (ALMEIDA FILHO, 1945, p. IV). À parte o personagem de fim trágico que comoveu o policial, a figura de “pobres e necessitados, que sempre se encontram perdidos pela cidade, sem pouso e sem rumo” (PARA OS POBRES..., 1931a, p. 7), não era propriamente rara na paisagem da capital: segundo o *Diário de Notícias*, a presença de “centenas de infelizes desamparados”, que passavam a noite perambulando – ou iam buscar acolhida nas delegacias de polícia e nas redações dos jornais – “não [era] segredo para ninguém” (UM ABRIGO..., 1931, p. 7).

A causa assumida por João Pompílio ganhou a simpatia de Mario Mattos Santos, com quem decidiu levar a ideia da construção de um albergue noturno de caráter permanente à Federação Espírita do Rio Grande do Sul, que aderiu nomeando uma comissão para angariar fundos para a obra; a prefeitura, novamente, contribuiu, com uma subvenção em dinheiro e a doação de um terreno. O orçamento da construção, “um empreendimento temerário para a época”, não foi atingido, “pois o Espiritismo ainda não conseguira vencer as barreiras dos preconceitos do nosso meio ambiênte”, nas palavras de Pompílio de Almeida. A proposta do

8 A frase estava pintada numa das paredes do dormitório masculino do Abrigo Noturno Dias da Cruz (ver anexo A).

albergue foi levada então à Sociedade Espírita Dias da Cruz, que já contava com um abrigo destinado a receber “doentes e necessitados”.

O Grupo Espírita Dias da Cruz havia sido fundado em 1907, com sede provisória numa residência na Praça da Matriz nº 26, tendo como propósitos o estudo e propagação do espiritismo e a prática da caridade. Em 17 de abril de 1910, foi criada a Caixa de Assistência aos Necessitados, onde se recolhiam doações, em dinheiro e em gêneros, que eram depois repassadas a pessoas carentes que buscassem auxílio⁹. Em janeiro de 1913, a então Sociedade Dias da Cruz transferiu-se para uma nova sede no prédio 126 da rua Azenha, onde, em dezembro de 1927 foi lançada a pedra fundamental de um Abrigo que receberia “doentes e alguns necessitados”. Uma sessão da Diretoria de maio de 1931 aceitou a proposta de João Pompílio de Almeida e Mario Mattos Santos e, após algumas providências, a 7 de junho do mesmo ano o Abrigo¹⁰ Noturno Dias da Cruz abria suas portas – que não fecharam desde então – aos “pobres e necessitados”, “não se indagando ali nem de côr, nem de nacionalidade e nem tão pouco de crença religiosa” (PARA OS POBRES..., 1931a, p. 7).

Contando com 25 leitos – número que logo precisou ser aumentado – no momento da inauguração, o serviço de acolhimento noturno funcionaria das 19h às 6h30 do dia seguinte (após as 23h, a entrada estaria restrita às pessoas encaminhadas por autoridades policiais), e incluiria “banho [obrigatório] quente [a partir de 1938] e frio, alimentação, assistência médica, encaminhamento para o trabalho, doutrinação contra os vícios, principalmente o alcoolismo”, num “misto de organização material e moral, capazes de salvar muitas criaturas dos desvios da estrada da vida, pela cura do corpo e polimento do espírito” (ALMEIDA FILHO, 1945, p. V-VI). Às 21h e às 5h30, uma refeição composta de pão – produzido pela Casa de Correção – e café – doado pelo Departamento Nacional de Café – era servida aos albergados. Às crianças menores de cinco anos e ocasionalmente às pessoas doentes era oferecido leite, sempre que era possível adquirir, e a partir de 1943 um prato de sopa à noite passou a integrar a alimentação de mulheres e crianças.

Sobre os primeiros anos de funcionamento da casa há poucas informações disponíveis, já que o primeiro relatório data de 1936¹¹. No primeiro ano, que foi de junho a de-

9 Esse sistema de “gestão de donativos” era prática comum a diversas instituições, como se verá mais adiante.

10 A designação “abrigo” faz parte do nome da instituição, mas nos relatórios os termos “abrigo” e “albergue” são utilizados como sinônimos; o termo “albergado” é frequentemente empregado para referir-se os usuários do serviço.

11 Os relatórios do Instituto a que foi possível ter acesso para a elaboração deste trabalho correspondem ao período da gestão de João Pompílio de Almeida, de 1936 a 1944 e no ano de 1949; não está claro se fora desse intervalo eles não eram redigidos ou se não se conservaram. De toda maneira, o ex-presidente é lembrado pelos membros mais antigos do Instituto pela sua organização impecável e pelo “gosto pelos números”, corroborado pelos documentos em diversas ocasiões.

zembro, a casa recebeu, segundo os números de João Pompílio, 15.831 homens e 692 mulheres (ver apêndices A e B). Ao que tudo indica, esses números se referem ao número de atendimentos, e não de indivíduos atendidos, o que significa que uma mesma pessoa que usasse o Abrigo durante um mês inteiro seria contada 30 vezes. De toda maneira, dividindo-se o valor total pelo número de dias de funcionamento naquele ano, chega-se a uma média de 75 homens e 3 mulheres atendidos por noite. Na entrada do albergue, as pessoas passavam por uma espécie de registro/fichamento, que lamentavelmente não se conservou. Nos relatórios, não constam quaisquer informações particulares sobre os albergados, além do sexo e das distinções adulto/menor de 16 anos e nacional/estrangeiro (ambas a partir de 1937); dados como nome, idade, cor, local de origem, profissão, religião, parentesco, são incógnitas, à exceção de uma ou outra raríssima menção no texto:

Na noite de 31/8/1940 foi levantado o censo no Instituto, sendo verificado o seguinte resultado, muito interessante para a afirmação sempre feita por nós, de que nosso tecto é de toda gente, sem distinções de credos religiosos: 28 espíritas; 28 católicos; 2 protestantes luteranos; 2 protestantes evangélicos; 5 sem religião; 1 atêo (IEDC, 1940, p. 16-17).

Em 4 de maio de 1935 foi inaugurada a Seção Feminina Agnelo Gomes de Souza (ver anexos B e C), ainda que o abrigo tenha recebido mulheres desde o início do seu funcionamento. Em 1936, foi instalada uma sala exclusiva para menores que se apresentassem espontaneamente ou fossem encaminhados sem o acompanhamento dos pais. No mesmo ano, foi inaugurado um posto médico para albergados e “outras pessoas pobres”, onde, gratuitamente, eram realizadas consultas, encaminhados exames e distribuídos medicamentos. Pessoas em condições de saúde mais sérias eram comumente encaminhadas aos hospitais, sobretudo a Santa Casa, mas em 1939 foi construído no Abrigo também um “isolamento para os enfermos e portadores de parasitas” (IEDC, 1940, p. 19).

Além dos “sem tecto”, o Abrigo Noturno recebia ocasionalmente famílias pobres do interior¹², e mesmo de outros estados, que, em trânsito pela capital, apresentavam-se espontaneamente ou eram encaminhadas pelos poderes públicos. Nesses casos, as pessoas eram acolhidas também durante o dia em quartos destinados a esse fim, às vezes por várias semanas, e recebiam toda a alimentação, geralmente proveniente de doações ou de recursos dos próprios membros do Instituto.

12 Contemporaneamente é comum a atribuição do surgimento do Abrigo a essa demanda de famílias do interior do Estado que vinham à capital, sobretudo para tratamentos de saúde, e não à existência de pessoas “sem teto”, fenômeno que só teve maior visibilidade a partir da década de 1980. A documentação consultada, entretanto, deixa bem claro que esse era só um dos serviços prestados pela casa, nunca foi seu objetivo principal.

O Abrigo deu agasalho, sem restrição de hora, a todas as pessoas enviadas pela Polícia, pela Prefeitura e por instituições de caridade, desta capital e do interior do Estado. Algumas permaneceram durante o dia e receberam alimentação e toda a assistência, pois não tinham para onde ir.

Apesar de ser o Abrigo uma instituição portoalegrense, serve a todo Estado, ainda que tal circunstância não seja devidamente apreciada pelas Prefeituras do interior, que nada contribuem para manutenção dos cada vês mais custosos serviços da nossa casa” (IEDC, 1942, p. 13-14).

Com menor frequência, outro grupo de usuários do Albergue eram os flagelados das enchentes que periodicamente atingiam a capital. Nos anos de 1937, 1938 e sobretudo em 1941, por ocasião das inundações que então assolaram a cidade, o Instituto colocou suas instalações a serviço da prefeitura para receber os desabrigados. No ano de 1937, ocorreram inundações nos dias 28 de junho, 23 de julho e 4 de agosto; 150 pessoas receberam alojamento, alimentação, roupas, cobertas e cuidados médicos no Instituto, que, próximo do riacho, também foi ameaçado pelas águas na enchente de agosto. Em 28 de abril de 1941, quando de uma das maiores enchentes da história de Porto Alegre, o Instituto remeteu à prefeitura o seguinte telegrama (em 28 de abril):

Urgente. Disponha C. Excia. Recinto Instituto Espírita Dias da Cruz abrigar vítimas inundaçãõ Pt Instituto oferece leitos alimentação e assistência médico-medicamentosa Pt Saúde, Paz, Fraternidade. João Pompilio de Almeida Filho – presidente (IEDC, 1942, p. 38).

No dia 1º de maio, a prefeitura enviou os primeiros 80 flagelados, número que se elevou a 350 pessoas no dia seguinte; durante 34 dias o Instituto recebeu e atendeu 666 pessoas, todas atendidas no posto médico da própria casa, à exceção de um único caso mais grave. Durante os primeiros cinco dias, a alimentação dos desabrigados, “sempre sã, farta e variada” (IEDC, 1942, p. 39), foi provida com recursos do Instituto e doações e preparada por seus empregados e por “senhoras espíritas da elite da sociedade da metrópole” (IEDC, 1942, p. 39). A partir do sexto dia, passou a ser atendida pelo serviço de abastecimento, especialmente instalado pelo Governo do Estado.

Além do diretor e de outros voluntários¹³, o Abrigo contava apenas com alguns poucos funcionários: um administrador, um escriturário, dois serventes e uma lavadeira (1936). Um guarda civil era “cedido” pela Chefatura de Polícia para fazer a vigilância durante a noite, para auxílio na “manutenção da indispensável disciplina” (IEDC, 1943, p. 13) e “afastamento

13 Comumente, a maior parte do trabalho realizado nas instituições espíritas é feito de forma voluntária, ainda que bastante sistemática. A diferença hierárquica associada a certas funções não implica menor envolvimento com o trabalho braçal: na seção “melhoramentos materiais” do relatório de 1937, consta que a pintura da casa, naquele ano, foi feita pelos próprios funcionários, incluídos aí os diretores do Abrigo; em 4 de agosto do mesmo ano, quando o edifício principal foi ameaçado pelas águas da enchente, a tarefa de construir uma barreira emergencial de cimento às portas da casa coube a Hugo Sperb, então diretor do Abrigo, e Anselmo Luporini, diretor-tesoureiro do Instituto.

de indivíduos turbulentos ou alcoolizados” (IEDC, 1942, p. 16). Em troca, o Instituto punha o abrigo à disposição da polícia, para o encaminhamento daqueles que procurassem as delegacias para pernoite, de famílias provenientes do interior do Estado, e também fornecendo dados que lhe fossem exigidos sobre os albergados.

1.2 *DAR ESMOLAS NA RUA É AUMENTAR A MISÉRIA PROTEGENDO A VADIAGEM*¹⁴:
A SOCIEDADE PORTO-ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS

[...] havendo uma Sociedade como a “SPAAN”, que antes de dar o auxílio, procede de acôrdo com o regulamento da sua “Caixa de Esmolas”, fazendo preliminarmente uma severa investigação sobre a real necessidade do pedinte, as esmolas dadas a esmo deveriam ser encaminhadas a ela, pois do contrario outra cousa não faremos que incentivar, em escala crescente, toda sorte de vícios e miserias” (SPAAN, 1943, p. 2).

O surgimento da Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados é produto de deliberação da primeira reunião ordinária do Rotary Club de Porto Alegre, registrada na ata nº 1, de 3 de julho de 1929¹⁵. Com a proposta de funcionar como uma Caixa de Esmolas (captação e distribuição de “auxílios”, em dinheiro e gêneros, aos “necessitados”), devido à “falta de recursos”, a SPAAN não teve condições de funcionar durante seus primeiros dois anos, e foi oficialmente fundada em 21 de agosto de 1931. Com sede em uma sala na Galeria Municipal concedida pela prefeitura, a atividade principal da entidade nos seus primeiros anos consistiu em angariar recursos junto a contribuintes regularmente inscritos, individuais e coletivos, bem como donativos eventuais, para então distribuí-los aos “pobres da cidade” na forma de auxílios permanentes e avulsos em dinheiro, após a verificação da “real necessidade do pedinte”. Uma pequena placa oval branca, afixada nas portas das residências, indicava a família como contribuinte, e as doações mais expressivas eram publicadas em pequenas notas nos jornais da capital.

A tarefa de identificar quem seria atendido pela entidade cabia a uma “Comissão de Sindicância”, que era presidida por um delegado de polícia. Aparentemente, os solicitantes eram cadastrados na sede da instituição, no centro da cidade, onde eram formulados os pedidos de auxílio em “boletins”/“formulários” especiais, que a seguir seriam

14 Impressos no papel timbrado da instituição que sempre abre os relatórios, leem-se os slogans: “Dar esmolas na rua é aumentar a miséria, protegendo a vadiagem” e “Dando à SPAAN, o vosso óbolo irá às mãos dos verdadeiros necessitados”.

15 A primeira administração estava constituída da seguinte forma: Presidente – Des. André da Rocha; Vice-presidente – Deputado Frederico Carlos Gomes; 1º Secretário – Dr. Adroaldo Mesquita da Costa; 2º Secretário – Dr. Oscar Bastian Pinto; Tesoureiro – Oswaldo Rentsch; Conselho fiscal – Prof. Ignácio Montanha, Comendador Plácido de Castro, Dr. Elias Cirne Lima J. Ricaldone, Comendador Eduardo Secco, Comendador Antonio Chaves Barcellos e Dr. Leonardo Truda.

encaminhados ao presidente da comissão de sindicância, “a fim de ser apurada a razão de ser do auxílio solicitado” (p. 48). Esse cargo era ocupado por um delegado de polícia (no relatório de 1943, menciona-se que a quase totalidade das sindicâncias é feita pela Delegacia de Costumes). “[...] muitas vezes”, afirma Salathiel Soares de Barros, presidente da SPAAN de 1934 a 1944, “os componentes da comissão de sindicância são obrigados a fazer as suas anotações á entrada dos inféctos tugurios” (SPAAN, 1940, p. 4). O cadastro também determinava a “classe” de ajuda a ser recebida: se mínima ou média, se permanente, avulsa ou de emergência. Em mais de um momento, comenta-se que não houve pessoal disponível para avaliar todos os pedidos recebidos, mas aqueles feitos em caráter de emergência eram “encaminhados por meio de memorandos ou cartões, os quais são atendidos de imediato” (p. 76). Após a verificação da justiça do pedido e a “classificação do pedinte”, os auxílios, permanentes ou temporários, podiam ser retirados mensalmente na sede da SPAAN, ou, em casos especiais, ser entregues na residência do solicitante (p. 37). Periodicamente, os pedidos passavam por um processo de revisão, em razão de falecimento, mudança para outros municípios, recolhimento à Santa Casa, asilamento (mesmo no Abrigo em Teresópolis, quando este foi criado) ou ainda por ter “cessado o motivo do auxílio”.

A primeira distribuição – então quinzenal – ocorreu em 3 de outubro de 1931, a 170 “pobres da cidade”, e o relatório de novembro já dá conta de 278 pessoas de ambos os sexos cadastradas para o recebimento de auxílios permanentes, no valor de Rs. 11:300\$00, além de Rs. 6:650\$000 distribuídos como auxílios avulsos para “casos especiais”. Com o passar dos anos, a instituição foi ganhando prestígio e com isso conquistando novos contribuintes, acessando outras fontes de receita e aumentando o número e as modalidades de atendimento (que passaram a incluir, além do auxílio em dinheiro, gêneros alimentícios, cobertores, roupas e remédios, por exemplo). No relatório de 1949, já são 1.235 os necessitados atendidos de diversas formas.

Em 1939, a SPAAN solicita à prefeitura, na pessoa do “ilustre governador da cidade”, José Loureiro da Silva, a doação de um terreno para a construção de um asilo, necessário para a assistência eficiente aos “indigentes que não tenham ligações afetivas”. O pedido não pôde ser atendido de imediato, “não obstante a maxima bôa vontade do operoso Prefeito Municipal”, por não dispôr a municipalidade de terrenos “fora das zonas de densidades residenciais” (p. 42). Em 1941, foi elaborado um projeto e orçamento para a obra, que, devido ao alto custo, foi adiada. Em 26 de março de 1942 (p. 112), é firmado um acordo com a Repartição Central de Polícia para que esta assumia a direção do Abrigo em Teresópolis, também conhecido como “chácara da SPAAN”, situado na Avenida Nonohay. A organização, ad-

ministração, manutenção e mesmo a construção de novos pavilhões estiveram a cargo da Chefia de Polícia do Estado até julho de 1949, quando o Abrigo passou a ser gerido pela própria SPAAN.

**2 PORTO ALEGRE NÃO MAIS PODE ADMITIR, EM SUAS RUAS,
O ESPETÁCULO DA POBREZA ESMOLANTE:
REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA**

A interrogação fundamental que motiva este trabalho, como foi dito, é a de identificar no passado algumas formas que pode ter tomado o problema “morar na rua” – genericamente associado à exclusão de um mercado de trabalho rentável e à ausência ou fraqueza de vínculos ou apoios familiares (MAGNI, 2006, p. 10) – para, então, analisar como foi percebido e que tipos de soluções foram assumidas como possíveis. Num esquema de leitura em que a coesão de uma sociedade se compõe metaforicamente de três zonas, o sociólogo francês Robert Castel (2008, p. 24) se vale justamente desses parâmetros para caracterizar a noção de *vulnerabilidade social* como a “zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade”, situada entre a *integração* – associação trabalho estável/inserção relacional sólida – e a *desfiliação* – ausência de participação em qualquer atividade produtiva, ou das formas de troca socialmente consagradas, e isolamento relacional, ou o não pertencimento às redes de sociabilidade que protegem um indivíduo diante dos acasos da existência. A presença cada vez mais insistente “de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado” (CASTEL, 2008, p. 23) representa um risco de ruptura, gera uma “inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (CASTEL, 2008, p. 41), ou uma *questão social*. Ainda que não haja uma linearidade/continuidade entre, por exemplo, os *desfiliaados* na Porto Alegre de 1931 e na de 2011, as populações que povoam cada uma dessas zonas ocupam posições homólogas na estrutura social, e são homólogos também os processos que fazem transitar de uma a outra, ainda que as suas manifestações variem significativamente com o tempo:

A impossibilidade de conseguir um lugar estável nas formas dominantes de organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário (mas, entretanto, ambos mudaram completamente) é que ainda constitui os “supranumerários” de outrora, de ontem e de hoje (CASTEL, 2008, p. 28).

População em situação de rua foi o termo adotado em 2008¹⁶ para definir, na cidade de Porto Alegre, aqueles indivíduos que utilizam a rua e outros espaços públicos para a sua existência/habitação permanente ou temporária (SCHUCH et al., 2008b, p. 31). Essa designação deriva de certos instrumentos conceituais bastante recentes dentro de uma longa cadeia de discursos de expressão da miséria, que são “resultado de relações de força reveladoras

16 Vale ressaltar, o termo foi adotado por uma certa iniciativa, não sendo de forma alguma unívoco.

das preocupações sociais de cada época e sociedade” (MAGNI, 2006, p. 9). A criação, quase 80 anos antes, de uma instituição destinada a “socorrer os necessitados” e de outra criada especificamente para oferecer acolhimento noturno àqueles que, do contrário, “dormi[ri]am nas dependências dos postos policiais, em prédios abandonados, debaixo dos trapiches ou ao relento” (p. 1), denuncia uma presença homóloga, ocupando algum lugar nebuloso entre a vulnerabilidade e a desfiliação e evidentemente fora da área de integração. Constatada a sua existência, interessa perseguir os indícios de quais preocupações estavam postas, o que essas pessoas representaram no conjunto de uma sociedade que se dispôs a tomar ações a seu respeito, em que medida (e de que forma) carregaram uma ameaça de ruptura.

Problema fundamental, porém, se o termo *população em situação de rua* faz parte de uma preocupação que é muito recente, é descobrir quais designações foram elaboradas naquele momento. Quem são e que lugar ocupam, portanto, esses *desfiliaados*¹⁷ em Porto Alegre durante o período que vai da década de 1930 à de 1940? As respostas serão buscadas sobretudo nas elaborações presentes nos relatórios de duas instituições criadas especificamente para o seu atendimento – o Abrigo Noturno Dias da Cruz e a SPAAN – sobre o papel que se encarregam de cumprir. Há que se reconhecer, evidentemente, as limitações desse tipo de documento, dadas não só pela descontinuidade do conjunto como também pelo seu caráter pretensamente objetivo e implicitamente propagandístico – os relatórios eram impressos em forma de livreto e serviam, mais que tudo, para prestar contas aos sócios e demais colaboradores (indivíduos, empresas, organizações e mesmo órgãos do governo) sobre a importância e o destino das suas contribuições. Feita essa ressalva, assume-se que esses textos, além de descreverem parcialmente as práticas levadas a cabo por cada entidade, carregam indícios das *representações* que as orientam.

O conceito de *representação social* mobiliza historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos sociais, linguistas, tributários sobretudo da noção de *representação coletiva* de Durkheim. As representações são entendidas como formas de organizar e apreender o real, o meio através do qual indivíduos e grupos dão sentido ao seu mundo, elaboram seus comportamentos e se comunicam entre si (CHARTIER, 1990). Diferentemente de uma oposição ao real ou de um reflexo do mundo, as representações “se constituem através de várias determinações sociais para, em seguida, tornarem-se matrizes de classificação e ordenação do próprio mundo social, do próprio real” (CARVALHO, 2005, p. 151-152). Nesse sentido, o que as

17 Tomo a liberdade de utilizar o termo desfiliaado assumindo que a desfiliação pode ser provisória e aplicável mesmo que, por uma única noite, um indivíduo precise recorrer à rua ou a um abrigo público por não ter tido recurso para prover-se de outra forma, nem laços que, naquele momento, pudessem suprir essa falta.

sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham constituem uma parte essencial de sua realidade:

os indivíduos não são ‘meros processadores de informação’; a realidade não constitui um *a priori* a ser descoberto, ela é criada e recriada através da comunicação. Nesse sentido, o homem é um ser significativo que não recebe passivamente as informações; ele age sobre o mundo e o interpreta, atribuindo sentido e consistência às representações sociais (GIORGETTI, 2006, p. 60).

A representação social é uma preparação para a ação,

não somente porque guia o comportamento, mas sobretudo porque remodela e reconstitui os elementos do meio no qual o comportamento se manifesta. Atribuindo um sentido ao comportamento, consegue integrá-lo numa rede de relações [...]. Fornecendo, ao mesmo tempo, as noções, as teorias e as observações que tornam essas relações estáveis e eficazes (MOSCOVICI, 1984 apud GIORGETTI, 2006, p. 59).

Frequentemente, as representações sociais emergem a partir de pontos duradouros de conflito (DUVEEN, 2003, p. 16), como é, por exemplo, o caso da histórica divisão de opiniões quanto ao tratamento que deve ser dispensado aos pobres. Serge Paugam observa que pesquisas sobre a percepção do fenômeno pobreza são muito raras em comparação àquelas que se dedicam a mensurá-lo. Contudo, as políticas sociais que cada sociedade adota para os seus pobres têm relação direta com o que “paira na cabeça dos homens reais” quando veem e tentam explicar a pobreza, e colaboram para atribuir a ela um sentido particular e uma função específica (PAUGAM, 2006, p. 9). Trabalhos recentes realizados na Europa identificaram dois grandes tipos de explicação para o fenômeno: a explicação pela preguiça – concepção moral fundada no dever e na ética do trabalho, segundo a qual “cada indivíduo é responsável por si mesmo e somente sua coragem pode evitar que ele conheça a pobreza” (PAUGAM, 2006, p. 9) – e a explicação pela injustiça – noção mais global de sociedade em que os poderes públicos têm o dever “de ajudar os pobres no sentido de conquistar uma maior justiça social” (PAUGAM, 2006, p. 10). A partir dessas duas explicações, esses trabalhos têm sustentado a hipótese de que, levando-se em conta uma importante variação de lugar e de tempo,

um país estará menos disposto a desenvolver políticas sociais ambiciosas, enquanto houver um número considerável de habitantes que considerem a pobreza como um problema de responsabilidade individual e, ao contrário, um país se sentirá encorajado a consagrar meios para lutar contra a pobreza, se os seus habitantes enxergarem, nesse problema, os efeitos de um sistema injusto, que condena os mais desfavorecidos a um destino comum. Por isso, faz-se necessário ver nas diferenças entre os países, no que diz respeito a esse tema, os efeitos de um sistema de valor que se desenvolve ao longo da história, e de uma certa tradição do Estado Provedor no campo das intervenções (PAUGAM, 2006, p. 9-10).

Divisões semelhantes, ainda que sempre com uma linha tênue e flutuante, são identificadas pelo historiador Bronislaw Geremek já na Idade Média, e caracterizadas como “entre a força e a piedade”,

ou seja, entre a tentação de eliminar os pobres considerados preguiçosos, irresponsáveis e, portanto, indesejáveis, e a tentação da compaixão em relação àqueles que não tiveram sorte e que sempre viveram na miséria e para os quais a implementação de políticas sociais parece legítima (PAUGAM, 2006, p. 9-10).

A partir dessas considerações, cabe ressaltar, sobre o conceito de representação, dois pontos: 1) As diferenças existentes nas sociedades modernas refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações: ainda que “aspirem à universalidade”, as representações não são discursos neutros, mas variáveis segundo os grupos que as enunciam e produtoras de estratégias e práticas que tendem a impor uma certa concepção de mundo social, estabelecer uma certa autoridade, legitimar uma certa escolha (CHARTIER, 1990); as lutas que certos fatos acarretam são também lutas por novas formas de representação (DUVEEN, 2003, p. 16). 2) Se as representações são uma forma de criação coletiva que, sob outras condições de vida social, também varia, são construções históricas e portanto necessariamente inscritas em um “referencial de um pensamento preexistente”; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência:

Nossas experiências e idéias passadas não são experiências ou idéias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e idéias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a clareza peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe (MOSCOVICI, 2003, p. 38).

Por outro lado, em qualquer cultura há pontos de tensão no sistema representacional, e nesses pontos de clivagem há uma falta de sentido, onde o não familiar aparece; coloca-se em ação um trabalho representacional para familiarizar o não familiar, e assim restabelecer um sentido de estabilidade. As divisões de sentido podem ocorrer de várias formas, pelo fim de estruturas, ou pela emergência de fenômenos não usuais e ameaçadores.

Toda violação das regras existentes, um fenômeno ou uma idéia extraordinários, [...] eventos anormais que perturbem o que pareça ser o curso normal e estável das coisas, tudo isso nos fascina, ao mesmo tempo em que nos alarma. Todo desvio do familiar, toda ruptura da experiência ordinária, qualquer coisa para a qual a explicação não é óbvia, cria um sentido suplementar e coloca em ação uma procura pelo sentido e explicação do que nos afeta como estranho e perturbador (MOSCOVICI, 2003, p. 207).

A instalação progressiva de um contingente “estranho e perturbador”, frequentemente nômade e andrajoso, na paisagem urbana dos grandes centros de todo o mundo faz ope-

rar transformações nos sistemas de pensamento das sociedades onde se inserem: desse processo de assimilação de informações novas a um conteúdo cognitivo-emocional preexistente, surge uma variedade de classificações e denominações (GIORGETTI, 2006, p. 60): *mendigo, sem-trabalho, pedinte, necessitado, desafortunado, indigente, desamparado, vadio, vagabundo, desvalido, morador de rua, sem-teto, desabrigado, pessoa em situação de rua*.

A proposta de assumir como eixo a *questão social* e as *representações sociais* é pensada entendendo que os múltiplos discursos que um grupo constrói para representar um outro estão intimamente ligados à disposição que encontra para organizar ações em relação a ele. Na medida em que se verificam esforços coletivos para “abrigar”, “conter”, “reprimir”, “banir”, “auxiliar”, está posta uma questão social que, assim como pode ameaçar um senso moral, estético, uma nova ordem que se busca construir, também pode encontrar eco em sentimentos religiosos/éticos ou em anseios de legitimação social. As formas que esses esforços assumem, os argumentos que os justificam, a aceitação ou refutação que encontram junto ao poder, por um lado; a sensibilização que são capazes de produzir na sociedade em que se inserem, por outro; são elementos que implicam a existência de códigos partilhados por esse conjunto. Neste trabalho, estão em causa dois desses esforços, bem como os códigos que lhes dão sentido.

2.1 A POBREZA DA NOSSA CAPITAL

Se uma das intenções deste estudo é identificar, na sociedade de Porto Alegre das décadas de 1930 e 1940, aqueles indivíduos ameaçados de desfiliação/invalidação social, a busca começa onde esse risco recai mais fortemente, nas populações desprovidas de reservas econômicas, ou no amplo e conceitualmente pouco diferenciado campo da *pobreza*.

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enfeitados, todos os sociais, todos os marginais; ela não é específica a época alguma, de região alguma, de meio algum. Tampouco exclui aqueles que, por ideal ascético ou místico, decidiram afastar-se do mundo ou que, por devotamento, optaram por viver pobres entre os pobres (MOLLAT, 1989, p. 5).

A imagem da pobreza, apesar de todos os incômodos que possa gerar, não cria estranheza, nem apresenta novidade: “A pobreza não foi uma ‘invenção’, não tem certidão de nascimento”. Todas as sociedades chamadas históricas evidenciam uma diferenciação das

condições materiais e de força física dos homens” (GEREMEK, 1995, p. 20). Se, portanto, em todas as sociedades históricas têm equivalente certas categorias de populações em estado temporário ou permanente de debilidade, o mesmo se pode dizer sobre um certo conjunto de práticas – extraordinariamente diferenciado – para atendê-las (CASTEL, 2008, p. 47). A *Sí-nopse Estatística de Porto Alegre*, publicada em 1940 pelo Departamento Estadual de Estatística, arrolava 54 sociedades beneficentes e de auxílios mútuos existentes no final da década de 1930 na capital, que abrangiam da genérica “beneficência” a finalidades mais específicas como auxílios funerários, assistência médica, distribuição de agasalhos e fornecimento de alimentação (SINOPSE ESTATÍSTICA DE PORTO ALEGRE, 1940, p. 207-208). Criadas em Porto Alegre em 1931 e destinadas ao amparo da *pobreza*, dos *pobres*, dos *necessitados*, o Abrigo Noturno Dias da Cruz e a SPAAN estão entre as instituições que compõem esse conjunto.

A Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados nasceu com o objetivo amplo e pouco específico de *auxiliar* aqueles que se encontravam em carência de diversos tipos de recursos. O termo genérico que dava nome à sociedade e definia o objeto de sua ação unicamente pelas suas faltas também é o mais recorrente na documentação produzida pela entidade. Frequentemente, sua atuação é definida nos relatórios como a *proteção*, *guarda* e *amparo* dos *necessitados*, dos *indigentes*, da *pobreza*, aqueles “que, como é fácil de compreender, não dispõem nem mesmo do necessário a sua alimentação” (SPAAN, 1949, p. 5).

O Instituto Dias da Cruz, orientado pela máxima kardecista “Fora da caridade, não há salvação” também se dedicava a amparar os “abandonados à miséria e às privações de toda espécie” (IEDC, 1940, p. 13), de diversas formas. Além dos serviços prestados pelo Abrigo Noturno, os “irmãos em sofrimento” contavam com auxílios em dinheiro, gênero e roupas distribuídos pela Caixa de Assistência aos Necessitados, com assistência médica gratuita no Posto Médico Prefeito Alberto Bins e com a distribuição de medicamentos pelo Dispensário Homeopático José Rodrigues de Bittencourt.

O aumento crescente da miséria e da indigência na cidade, entre adultos e crianças, é denunciado pelas duas casas, geralmente vinculando-se a tentativas de angariar subvenções de órgãos públicos e contribuições entre os solidários aos “desprotegidos da fortuna”. A introdução do relatório de 1943 do Instituto Dias da Cruz trazia uma ligeira admoestação:

Nunca cessamos de chamar a atenção dos Poderes Públicos, nem nos cansamos de pedir o auxílio da culta população da nossa capital, para fatos desenrolados diante de nossos olhos, e que exigiam um remédio imediato, para que não nos fôssem cassados os foros de gente civilizada (IEDC, 1944, p. 1).

A SPAAN, por sua vez, num texto intitulado *Miseria – vadiagem e vicio* (aos outros dois elementos, voltarei mais adiante) presente no relatório referente ao exercício de 1939 e publicado no *Correio do Povo* de 27 de fevereiro de 1940, “revelava”:

Temos constatado, pelas observações feitas ‘in loco’, durante as visitas aos pobres da capital, que a miséria em Porto Alegre é bem maior do que em geral se julga.

O numero de familias abandonadas pelos seus chefes, o elevado numero de pessoas doentes, portadoras dos mais terriveis males que afligem a humanidade, e o aumento crescente de crianças que vivem em completa promiscuidade e abandono, nos faz compreender que, apesar dos esforços que temos empregado para suavizar a vida de privações por que passam estes infelizes sêres, que em sua quasi totalidade, não têm culpa dos motivos determinantes da sua miséria, ainda temos muito a fazer (SPAAN, 1940, p. 4).

O texto de Salathiel Soares de Barros, então presidente da instituição, traz à tona um elemento interessante, sobre a *culpa dos motivos da miséria*. Explicações sobre a pobreza praticamente não aparecem nos relatórios, mas “pairam na cabeça dos homens” quando se deparam com um fenômeno e orientam suas ações. Neste círculo, os ensaios de explicação são bastante escassos: João Pompílio de Almeida, diretor do Instituto Espírita Dias da Cruz, em 1945, comentava que não havia em Porto Alegre “casas para pobres” (ALMEIDA FILHO, 1945, p. 4); em 1943 o diretor da SPAAN também justificava:

A quota, em dinheiro, distribuida mensalmente aos mendigos e necessitados, em geral, precisa ser melhorada, pois não só as moradias como os generos de primeira necessidade, atingiram a preços inacessiveis a esses desprotegidos da sorte (SPAAN, 1943, p. 1).

Esse tipo de reconhecimento é absolutamente excepcional na documentação e, de qualquer forma, não escapa a um esquema de explicação que se divide entre o *azar* (que torna suas vítimas merecedoras de piedade e, portanto, de auxílio) e a *preguiça* (que, associada a outros vícios, deve ser combatida a qualquer custo). Angústia, provação, sofrimento, por um lado, ou mau-caratismo, indolência e exploração, por outro; jamais se questionam determinações que extrapolem o indivíduo. Evitar a pobreza é, no caso dos últimos, retificar a sua moral para o trabalho; no caso dos primeiros, é contar com a ajuda próxima de familiares, vizinhança etc. ou com a generosidade de outrem. Quando, por ocasião da reforma dos estatutos da Legião Brasileira de Assistência¹⁸, em 1946, as doações mensais feitas à SPAAN a

18 Em agosto de 1942 era criada pelo governo federal a Legião Brasileira de Assistência (LBA), encabeçada pela primeira-dama do país, D. Darcy Vargas, e contando com o concurso das “senhoras da sociedade” e o patrocínio da Confederação Nacional de Indústrias e da Associação Comercial do Brasil. A entidade tinha como fim prestar assistência social às famílias dos convocados para a guerra, e para tanto seu financiamento se dava através da contribuição compulsória de empregados e empregadores, descontando-se 0,5% dos salários e das folhas de pagamento, o que se justificava pela necessidade de engajamento da nação num esforço de guerra. Ainda em 1942, a organização alterou suas diretrizes para atender a outras vítimas, da miséria que se espalhava pelo Brasil: “as pessoas mais pobres da sociedade, aquelas que estavam em situação de desemprego, sobrevivendo por meio de subemprego, as que tinham poder aquisitivo insuficiente ou aquelas que apresentavam condições reduzidas de superar, por seus próprios meios, a situação de desfavorecimento em que se encontravam” (MARTINS, 1996, p. 226). Dessa forma, a LBA organizou seções em todas as capitais do país e em alguns municípios, que passaram a contar com a atuação de assistentes sociais para mobilizar e coordenar as instituições de assistência públicas e particulares. Esse foi o único órgão do Estado que, através dos relatórios, foi possível perceber que teve um envolvimen-

título de “auxílio aos pobres da cidade” foram suspensas, uma ampla campanha de mobilização (através da imprensa, rádio, cartazes e outras formas de propaganda) foi levada a cabo para equilibrar o orçamento. O presidente Curt Mentz agradecia:

Mais uma vez os corações generosos, ainda não esquecidos dos seus deveres para com o próximo, foram despertados sob a influência da bondade Divina, sempre alerta nas ocasiões oportunas, em defesa dos que vivem em miséria, quasi sempre devido ao maléfico egoísmo humano, característica das almas mediocres (SPAAN, 1947, p. 1).

Ou seja, uma explicação para a miséria (vale ressaltar, não *qualquer* miséria) é o egoísmo, mas o egoísmo de quem, devidamente informado sobre a precariedade em que vivem tantos *desvalidos da fortuna* e podendo contar com uma instituição que garantirá o seu atendimento equitativo, ainda assim não contribui. De forma menos acusativa, nos documentos do Instituto Espírita Dias da Cruz, ainda que também esteja presente o desejo de “chamar a atenção dos poderes públicos” para a situação dos desamparados, o alvo preferencial dos apelos é mesmo a população porto-alegrense: “Não nos cançaremos de apelar para as pessoas generosas, porque não é justo nos mantermos como méros espectadores, diante das grandes aflições de nossos irmãos em sofrimento” (IEDC, 1943, p. 22). Na concepção espírita, entretanto, ao mesmo tempo em que a pobreza não ocorre por *culpa* dos “privilegiados”, é responsabilidade de todos trabalhar em prol do alívio do sofrimento de quem quer que seja.

Carla Luciana Silva, ao analisar os imaginários anticomunistas brasileiros no início da década de 1930, dedica parte do seu estudo aos ideais de caridade e a práticas assistencialistas propagadas pelos jornais de Porto Alegre no período. Segundo a autora, se a pobreza era entendida como questão de falta de sorte ou contingência, a caridade era vista como um “gesto cristão que dignifica os que o praticam e consola os que o recebem” (SILVA, 2001, p. 199). Essa caridade, organizada geralmente por grupos religiosos e respaldada por senhoras da alta sociedade porto-alegrense, funcionava como “uma forma eficiente de envolver a sociedade civil no projeto de total vinculação do público/político com o privado, promovendo a

to um pouco mais direto com as duas instituições. As décadas de 1930 e 1940 foram um período de reformulação da assistência prestada aos homens pobres, com a introdução de uma assistência social cientificamente planejada (com o início, por exemplo, dos cursos de Serviço Social) e da ingerência do Estado através de políticas sociais e de erradicação da miséria. Paralelamente, o período foi de um desenvolvimento sem precedentes dos aparatos repressivos destinados ao controle da pobreza, identificada como indolente e ociosa. Uma ampla campanha de valorização do trabalho como “pedra de toque” pra o progresso da nação, que vinha desde o século anterior, orientava essas ações: as múltiplas – e importantes – políticas de benefícios sociais implementadas pelo governo Vargas estavam restritas àqueles que exercessem ocupações “reconhecidas e definidas em lei” (MARTINS, 1996). No caso de Porto Alegre, aparentemente, nem a ingerência do Estado na implementação de políticas, nem o aparato repressivo foram tão significativos quanto em outras cidades do país durante o período em questão; essa análise, de qualquer forma, é superficial, uma vez que não fazia parte dos objetivos ou do alcance deste trabalho.

despolitização” (p. 197), e era aplaudida pelos jornais analisados pela autora (*Correio do Povo* e *Correio da Manhã*), num franco apoio que associa às campanhas anticomunistas divulgadas pelos mesmos veículos. Para Silva, esse tipo de medida se revestia de uma grande importância para a formação de uma certa concepção de cidadania brasileira,

segundo a qual os ‘privilegiados da sorte’ deveriam tomar consciência do seu papel social, que seria o de contribuir para amenizar a situação dos ‘desprotegidos da sorte’, para assim melhor ‘construir a nação’. Permeava essa ação a iminência de um perigo: a possibilidade de rompimento com a ordem estabelecida (SILVA, 2001, p. 197).

A pobreza na capital gaúcha, portanto, não só é visível durante as décadas de 1930 e 1940, como mobiliza ações em vários sentidos. Ainda que possa haver exceções, é certamente no seio desse grande grupo que a ameaça de desfiliação deve ser buscada. O amplo conceito, entretanto, é insuficiente, já que, em primeiro lugar, a dimensão econômica implicada aí não acarreta necessariamente um processo de desfiliação. Ainda que “os riscos de desestabilização recaiam mais fortemente sobre os que são desprovidos de reservas econômicas” (CASTEL, 2008, p. 25), em muitos grupos populares, condições precárias de subsistência podem ser compensadas pela densidade das redes de proteção como a família, a vizinhança, a cooperativa etc. (CASTEL, 2008, p. 24). Esse tipo de organização coletiva que liga diretamente os membros de um grupo sem a mediação de instituições especializadas é denominado por Castel como *sociabilidade primária*. Além disso, ainda que a pobreza se torne, em maior ou menor medida, alvo de uma suspeição generalizada, a mera existência de grupos carentes – desde que territorialmente fixados e ainda que eventualmente assistidos – faz parte da ordem do mundo, esse reconhecimento não suscita por si só a ameaça de ruptura que caracteriza a *questão social* (CASTEL, 2008, p. 105).

2.2 OS QUE REALMENTE CARECEM DE ESMOLA: “VERDADEIROS” MENDIGOS E NECESSITADOS

Do reconhecimento da existência de populações carentes e da necessidade de atendê-las surge o grande conjunto de intervenções designado por Castel como *social-assistencial*, que, se por um lado abrange uma extraordinária diversidade de práticas, por outro organiza-se em torno de características formais “de que se encontrará, sem dúvida, o equivalente em todas as sociedades históricas” (CASTEL, 2008, p. 47):

- **Construção** de um conjunto de práticas com função protetora e integradora (e, mais tarde, preventiva). O social-assistencial constitui uma “intervenção da sociedade sobre si mesma, diferentemente das instituições que existem em nome da tradição e do costume” (CASTEL, 2008, p. 57). Pode-se falar em “sociabilidade secundária”, uma

vez que os sistemas relacionais já se encontram “deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho” (p. 57).

- **Especialização:** essas práticas apresentam esboços de especialização, núcleos de uma profissionalização futura. Não é qualquer um que tem responsabilidade sobre esse tipo de problemas. “Por exemplo, o pároco, o fabricante, um oficial municipal... já são, à sua maneira, ‘funcionários’ do social à medida que seu mandato é, ao menos em parte, assegurar esse tipo de atividade especial” (p. 58).
- **Tecnicização** mínima: “Mesmo na ausência de uma especialização exclusiva e, *a fortiori*, de uma formação profissional específica, o mandatado é obrigado a avaliar as situações em relação às quais deve intervir ou não, a selecionar os que merecem auxílio, a definir categorias, ainda que grosseiras, para orientar sua ação” (p. 58).
- **Localização** das práticas: tratamento num local institucional especializado, não mais no próprio domicílio, como é característico da sociabilidade primária.
- **Discriminação** das populações a atender: “não basta ser carente de tudo para ser da esfera da assistência. *Dentre as populações sem recursos, algumas serão rejeitadas e outras atendidas*” (p. 59).

Ao configurar-se, portanto, uma assistência especializada, que já escapa à sociabilidade primária, é necessário que se defina o objeto de sua ação. Desde o primeiro momento de funcionamento efetivo da SPAAN, ao lado dos *necessitados, mendigos, mendigantes e indigentes* fazem parte do “quadro” de auxílios. “Mendigos e outros necessitados” aparecem dessa forma, lado a lado, mas não como sinônimos: aos primeiros, são distribuídos os auxílios *permanentes*; aos últimos, os auxílios *avulsos* e *de emergência* (SPAAN, 1940, p. 10). No relatório apresentado em janeiro de 1933, o texto faz pela primeira vez menção – que se tornará recorrente – aos “verdadeiros” indigentes, “áqueles a quem, de fato, a fome e a nudez atormentam quotidianamente” (SPAAN, 1940, p. 1). Uma primeira distinção, portanto, se apresenta: há indigentes “verdadeiros” e indigentes “falsos”; a *falsidade*, nesse caso, carrega um sentido ambíguo, contemplando, ao mesmo tempo, dois personagens: aquele que não é miserável, mas falseia deliberadamente as suas condições a fim de obter o auxílio e assim “viver folgadoamente”, e aquele que de fato é pobre, mas o é por sua própria responsabilidade. O que caracteriza, pois, um indigente “verdadeiro”? Primeiro ponto a demarcar é *não ter culpa pelos motivos determinantes da sua miséria* (SPAAN, 1940, p. 4): é o caso das famílias abandonadas pelos seus provedores, das crianças desamparadas, dos doentes, dos inválidos, dos cegos, dos velhos. Deixe-se a eles, “cujas condições precárias justificam o apêlo aos

corações de todos nós” (SPAAN, 1943, p. 2-3), os recursos disponíveis, preconiza o discurso da SPAAN.

Os critérios objetivos que definiam o público-alvo (assim como o que constituía o “merecimento” do auxílio, constantemente invocado) da instituição nunca são explicitados claramente nos relatórios, que, apesar disso, deixam ver – ainda que de forma imprecisa – algumas das características preferenciais de atendimento, assim como aquelas que precisavam ser tratadas (leia-se combatidas) de outras formas. De qualquer maneira, foi prioritária para o funcionamento da SPAAN, durante todo o período em que funcionou como “caixa de esmolas”, a criação e aplicação de uma forma sistemática e rigorosa de classificação, definindo, sobre a “necessidade”: 1) a *verdade* (se o pedido de auxílio era justo ou se constituía um “embuste”); 2) a *espécie* (dinheiro, gêneros, remédios, cobertores, roupas etc.); 3) a *duração* (se a ajuda seria “provisória”, “permanente” ou “de emergência”) e 4) o *nível* (a quantia em dinheiro, se “mínima” ou “média”). Após quase 15 anos de funcionamento da entidade, em 1947, reiterava-se essa necessidade:

A repressão aos esmoleiros e socorro aos necessitados, são problemas de mutua dependencia, razão por que há necessidade de ataca-los conjuntamente. Os que pedem esmolas, estendendo a mão á caridade publica, o fazem por invalidez fisica ou moral, miseria ou vicio. É preciso, por conseguinte, separa-los, mas, para isso, torna-se imprescindivel o apoio das autoridades competentes, porque como é sabido, uma das maiores dificuldades na assistencia social é separar o verdadeiro do falso mendigo (SPAAN, 1947, p. 2).

A Comissão de Sindicâncias, sempre presidida por um delegado de polícia, era responsável por uma “severa investigação” sobre a procedência dos pedidos de auxílio. O quão severa era de fato, é difícil apurar; é duvidoso, de qualquer forma, que se despendesse, para cada pedido, os recursos humanos, de tempo e de dinheiro para visitar cada pedinte e apurar se a ajuda era de fato necessária. Por vezes, conforme aparece nos relatórios, o pessoal disponível para essa tarefa, na polícia e na SPAAN, era insuficiente. Em 1943, por ocasião de uma doação especial feita pela Legião Brasileira de Assistência, a SPAAN explicava:

Dos 1.315 pedidos de auxilio apresentados á “SPAAN”, afim de serem atendidos pela verba da Legião Brasileira de Assistencia, sómente 501 puderam, de acôrdo com a respetiva sindicancia, ser atendidos, 17 foram indeferidos e os demais 797 pedidos ainda não tiveram andamento por falta de pessoal, não só por parte da Policia de Costumes como tambem da “SPAAN” (SPAAN, 1944, p. 2).

O termo *mendigo*, assim como a *esmola* que recebe, não é utilizado de forma propriamente depreciativa, mas tem um sentido mais específico do que “indivíduo que pede esmolas, que vive da caridade alheia”. Historicamente, as populações que dependem de intervenções são diferenciadas segundo certos critérios, fundamentalmente o fato de serem ou não capazes de trabalhar:

Pode-se apresentar a questão – e a cada instante se apresenta – de saber onde, exatamente, passa a linha divisória entre capacidade e incapacidade de trabalhar. Esse velho decrépito não poderia, entretanto, se virar para sobreviver por seus próprios meios? Os infortunados sempre serão suspeitos de quererem viver à expensa dos ricos. Entretanto, existe um núcleo de situações de dependência reconhecidas, constituído em torno da incapacidade de se enquadrar à ordem do trabalho por causa de deficiências físicas ou psíquicas manifestas devidas à idade (crianças e idosos), à enfermidade, à doença, e que podem até se estender a algumas situações familiares ou sociais desastrosas, como a da “viúva cheia de crianças”, para retomar uma expressão freqüentemente encontrada nas regulamentações da assistência (CASTEL, 2008, p. 41-42).

Robert Castel remete esse perfil de populações ao que chama de “teoria da desvantagem”¹⁹, categoria altamente heterogênea quanto às condições, mas perfeitamente coerente quanto à relação com o trabalho que qualifica: “todos têm em comum o fato de não suprirem, por si mesmos, as suas necessidades básicas, porque não podem trabalhar para fazê-lo” e são, por isso, isentos dessa obrigação (CASTEL, 2008, p. 41). Esses indivíduos seriam, segundo Castel, os clientes potenciais do social-assistencial caracterizado no início desta seção. De volta aos clientes potenciais da SPAAN nos anos 1930 e 40, apresentam-se: 1) o *verdadeiro mendigo*, que se faz de dois elementos, *realmente* viver em penúria e *realmente* ser incapaz de prover seu próprio sustento através do trabalho; e 2) o *verdadeiro necessitado*, distinto do primeiro, talvez, por não apelar à caridade publicamente, mas aguardando no silêncio da sua casa ou recorrendo discretamente à sede das entidades voltadas para esse fim. Esta última figura será progressivamente valorizada nos textos da SPAAN, como se verá mais adiante.

Ainda que “verdadeiros” mendigos e necessitados possam pertencer à ampla categoria dos *desfiliados* ou *inúteis para o mundo*, a sua presença e mesmo o socorro prestado não colocam de forma aguda uma questão social:

19 O atendimento a mães e crianças também pode ser enquadrado nessa categoria. É feito, até certo momento, de forma indistinta por ambas as instituições, mas vai sendo progressivamente valorizado. Parece funcionar, em certa medida, como uma forma mais unanimemente aceitável de reivindicar a sensibilização da população e a tomada de atitudes por parte do poder público: “Os dados estatísticos que vão ser apresentados a seguir, na mudez das suas cifras, são um grito de alarme aos poderes públicos, que não podem mais adiar a solução do problema da infância abandonada, e são um brado de piedade aos corações dos nossos patrícios, para que nos dêem recursos suficientes, no intuito de minorar a situação de infelizes crianças, que vêm bater às nossas portas. Diante de algarismos que podem ser examinados nos nossos livros de registro, visados pela Prefeitura de Porto Alegre, não ha lugar para optimismo, nem para ficção, mas para a certeza dura e cruel de que existem muitissimas crianças maltrapilhas, doentes, sem instrução, que perambulam durante o dia pelas ruas, adquirindo vícios e curtindo fome, e que, só á noite, gozam do conforto de um tecto e recebem uma refeição” (IEDC, 1938, p. 15). A assistência especializada à maternidade e à infância desamparadas foi alvo de atenção especial durante o período de que se ocupa este trabalho, com a implantação de uma série de políticas públicas pelo governo Vargas destinadas à sua proteção. Não é, entretanto, objetivo deste trabalho analisar ou discutir esse tipo de assistência – à qual importantes estudos já se dedicaram de forma particular – já que as questões que envolve são significativamente distintas daquelas que geram processos de desfiliação entre adultos “válidos”.

Tal assistência pode representar problemas financeiros, institucionais e técnicos difíceis. Não cria problemas de princípio. Desde que consiga fazer reconhecer sua incapacidade, o indigente pode ser assistido, ainda que, na prática e amiúde, esse tratamento se revele insuficiente, inadequado, condescendente e até mesmo humilhante. Porém, se sempre é fonte de embaraços, a existência desse tipo de população não questiona, de modo fundamental, a organização social (CASTEL, 2008, p. 42).

2.3 *NADA PODERÁ HAVER DE MAIS LUCRATIVO DO QUE ESTENDER A MÃO À CARIDADE PÚBLICA: A CAMPANHA CONTRA A FALSA MENDICÂNCIA*

A problemática da pobreza, e mesmo o fenômeno da mendicância, em diversas sociedades, é tolerada enquanto se apresenta de forma latente, contida, mas torna-se problema à medida em que cresce excessivamente o número daqueles que precisam de ajuda (GEREMEK, 1995). Ao tratar do amplo processo de disciplinarização da pobreza que acompanhou o acelerado crescimento econômico da cidade de São Paulo durante os anos 30 e 40, Sílvia Helena Zanirato Martins corrobora essa ideia:

Se durante muito tempo as atenções se desviaram dos homens pobres, acreditando que era possível ignorá-los ou quando muito oferecer uma esmola para acalmar sua fome, os anos trinta revelavam a necessidade de encontrar saídas para um problema que deixou de ser incômodo e passou a ser preocupante (MARTINS, 1996, p. 55).

Em Porto Alegre, uma inquietação com o número cada vez mais expressivo de pedintes a perambular pelas ruas – que periodicamente é trazida à tona (PESAVENTO, 1998; MONTEIRO, 1995) – também ganha relevo na década de 1930:

Porto Alegre é uma cidade cheia de mendigos. Por toda a parte, nos centros de mais intensa aglomeração, veem-se, atestando a chaga vergonhosa da nossa metrópole, homens e mulheres maltrapilhos, menores que passeiam os andrôjos imundos, a pedir, a pedir...
[...]

A nossa capital é talvez a cidade do Brasil onde se vê maior número de mendigos a pedir esmolas pelas ruas (UMA MEDIDA..., 1931a, p. 9).

Em 1933, como se viu na seção anterior, o relatório da SPAAN apresentava a primeira diferenciação explícita entre esses indigentes, qualificando alguns como “verdadeiros” e deixando, portanto, implícita a existência de outros que não o são. A documentação produzida entre 1934 e 1938 não foi possível acessar, provavelmente porque não se conservou, mas o relatório referente ao exercício de 1939 já apresentava bem articulada uma campanha contra a “falsa mendicância”. De um lado, aqueles “infelizes seres” sem culpa pela sua miséria (SPAAN, 1940, p. 4); do outro, aqueles que, “podendo se locomoverem com facilidade exploram a caridade como fonte de renda para alimentarem vícios ou, então, viverem folgadoamente” (SPAAN, 1940, p. 4). Eram denunciados homens e mulheres que “exploravam a caridade

pública” com crianças nos braços, “em completo estado de embriaguez e proporcionada esta com as esmolas colhidas nas ruas e recantos da cidade” (SPAAN, 1940, p. 4). Uma outra categoria de falsos mendigos, ainda mais preocupante no texto da instituição, era a dos menores que, “obrigados ou estimulados pelos seus parentes mais proximos, esmolam em proveito de individuos que, não obstante terem suficiente capacidade de trabalho, se entregam á ociosidade e promiscuidade pecaminosa” (SPAAN, 1940, p. 5). Se os primeiros são merecedores de comiserção e generosidade, os últimos, ociosos/viciados, não são reais necessitados, e portanto não lhes cabe auxílio, mas repressão.

Os textos demonstram uma preocupação crescente em diferenciar uns e outros, deixando claro que as doações dirigidas à SPAAN vão para as mãos dos “verdadeiros” necessitados/pedintes/mendigos, “os que realmente são merecedores da nossa proteção e amparo” (SPAAN, 1940, p. 13). Em paralelo a esse esclarecimento, a campanha sistemática contra a falsa mendicância se desenvolve em duas frentes: primeiro, incentivando os doadores a não dar esmolas na rua, ato potencialmente favorecedor de “embusteiros” e por isso mesmo da própria miséria daqueles que realmente necessitam; segundo, conclamando a polícia a reprimir os “individuos sem escrúpulos” (SPAAN, 1943, p. 2) que lucram estendendo a mão à caridade pública. O papel da imprensa na divulgação dessa campanha era fundamental e continuamente reconhecido:

As constantes noticias publicadas pela imprensa a respeito dos casos de falsa mendicancia, vêm demonstrando, cada vês mais, que realmente, para os individuos sem escrupulos, nada poderá haver de mais lucrativo do que estender a mão á caridade publica.

Essa fôrma facil de conseguirem os meios necessarios á satisfação de todos os vicios, vemos aumentada de maneira assustadora, não só por crescido numero de pessôas adultas de ambos os sexos, como tambem, com tristeza nos referimos, por elevado numero de menores já habituados a essa pratica tão pernicioso á formação do carater do adolescente.

O argumento, as vezes invocado, de que entre os falsos mendigos poderão estar tambem os que realmente necessitam, não nos parece aceitavel em tese, por isso que, havendo uma Sociedade como a “SPAAN”, que antes de dar o auxilio, procede de acôrdo com o regulamento da sua Caixa de Esmolas, fazendo preliminarmente uma severa investigação sobre a real necessidade do pedinte, as esmolas dadas a esmo deveriam ser encaminhadas a ela, pois do contrario outra cousa não faremos que incentivar, em escala crescente, toda sorte de vicios e miserias (SPAAN, 1943, p. 2-3).

Entre os agradecimentos da SPAAN, além da imprensa, está sempre a polícia, sobretudo, a partir de 1939, a Delegacia Especializada de Costumes²⁰, a quem, além da responsabilidade sobre a Comissão de Sindicâncias da casa, cabe a repressão da mendicância:

20 Durante esta pesquisa não foram encontrados dados sobre a criação e atuação dessa delegacia em Porto Alegre. A instauração de polícias de costumes (geralmente responsáveis pela disciplinarização da vida urbana, exercendo controle sobre contravenções como a vadiagem, mendicância, prostituição, jogos de azar,

A quase totalidade das sindicancias estão sendo feitas pela Delegacia de Costumes, a qual tem a sua frente o ilustre dr. Delmar de Araujo Ribeiro, a quem já se deve assinalados serviços prestados á 'SPAAN', principalmente no que diz respeito á retirada dos falsos mendigos das ruas da nossa Capital (SPAAN, 1944, p. 8).

Ainda que a SPAAN tenha se dedicado arduamente ao combate da falsa mendicância em Porto Alegre, campanhas com esse objetivo na cidade não tiveram origem nessa entidade. No final do século XIX, o *Jornal do Comércio* lamentava que se tivesse abandonado uma prática dos tempos do Império de “cadastrar os mendigos por invalidez, obrigando-os a apresentar um cartão de registro para os diferenciar dos vagabundos” (PESAVENTO, 1998, p. 121). Em 1931, pouco antes da inauguração da instituição, a Chefatura de Polícia do estado determinava a identificação dos “esmoleiros da cidade”:

Segundo conseguimos saber hontem, na Chefatura de Policia, o desembargador Florencio de Abreu, encarregou o Dr. Oscar Daudt Filho, de organizar o quadro dos mendigos de Porto Alegre, fornecer-lhes cadernetas de identidade e chapas de licença.

Dando desempenho a essa missão, o 1º delegado auxiliar, determinou, que hoje, fossem apresentados á 1ª delegacia auxiliar, os mendigos encontrados a perambular pelas ruas da cidade.

Naquella repartição serão os esmoleiros arrolados em um livro especial, sendo depois enviados ao Gabinete de Identificação da Chefatura de Policia, onde serão identificados.

Esse trabalho será executado diariamente, até que estejam identificados todos os esmoleiros da cidade. Antes da identificação os mendigos serão submettidos a um exame medico, ficando, assim provado se são ou não incapazes para o trabalho.

Os que soffrerem de molestias contagiosas serão internados em hospitaes de isolamento (UMA MEDIDA..., 1931a, p. 9).

Novamente, o critério da capacidade de trabalhar é central, o recolhimento e identificação cabem à polícia e a autoridade a quem se arroga a clivagem pertence à medicina. Supõe-se que os idealizadores dessa medida tenham imaginado que ela teria como efeito uma redução significativa e imediata dos mendigos da cidade, já que os falsos pedintes, sabendo que não passariam pelo crivo médico, procurariam fugir à repressão policial e com isso se veriam forçados a abandonar o hábito da esmola. Aparentemente, não foi o que ocorreu, e muito mais pessoas do que se esperava, ao contrário de procurarem se esgueirar do controle da polícia, se dirigiram voluntariamente à identificação. Um dia depois, a medida já dava sinais de ineficácia:

Desde cedo começaram a affluir á Chefatura de Policia, innumerous mendigos, que espontaneamente ali se apresentaram afim de serem examinados e identificados.

O serviço, porem, demanda tempo, pois os mendigos teem de ser examinados por facultativos e após identificados, convenientemente.

Por esse motivo, só serão identificados, diariamente seis esmoleiros.

Os que hontem compareceram á Chefatura, foram mandados arrolar, pelo dr. Oscar Daudt Filho, 1º delegado auxiliar, encarregado de regulamentar o exercicio da mendicancia em Porto Alegre.

Seis delles já foram identificados recebendo a chapa, que lhes permite implorar a caridade publica.

As cadernetas de identidade só lhes serão entregues mais tarde (UMA MEDIDA..., 1931b, p. 12).

Quanto prosseguimento foi dado à iniciativa não foi possível apurar, mas possivelmente a SPAAN, com sua forte parceria com a polícia desde o princípio de seu funcionamento, tenha assumido em parte essa função. De qualquer forma, o problema parece ter persistido: em 1949, num dos almoços semanais do Rotary Club, o deputado Albano Volkmer menciona o número – que não chega a explicar – de 859 falsos mendigos que andam pela cidade a ludibriar “o povo que dá, [o] povo bom que é explorado” (SPAAN, 1950, p. 3) e retoma a ideia já conhecida:

Mas como resolveriamos o problema agudo do pedinte da rua que incomoda, que nos burla o sentimento, que foge ao trabalho pela exploração e se torna um cancro para a sociedade, pois si vive na escola do vício, de todos os vícios, um perigo para a coletividade? É fácil o antídoto. Auxiliemos a Spaan em seus planos futuros.

Na Dinamarca, em Copenhague, a capital, há um sistema de controle e de combate ao abuso do pedinte da rua. Consiste em um cupão que o esmoleiro recebe de seu favorecedor, o qual lhe dá direito a um fornecimento de vitualhas que o pobre vai receber na sociedade beneficente. O pedinte por vício não se acusará, pois será identificado de imediato, consoante o sistema de controle que, lá como aquí, preside a distribuição de auxílios.

Srs. Rotarianos. Vou a terminar. Não é justo que lhes furte ao encanto das relações que se cultivam neste ambiente o tempo que é curto e precioso. Já lhes indiquei o caminho a seguir. Não é o produto das minhas idealizações ou de meus estudos no caso. Provem da própria Spaan; Curt Mentz o concebeu e eu tenho o prazer lhes apresentar nesta hora o cupão com que se dará o obulo ao que pede na vía pública. Si é um pobre digno que o recebe, a Spaan encarregar-se-á de descobrir-lhe o paradeiro e levar o auxilio de que necessita e que merece. Si se tratar de um embusteiro, identifiquemo-lo, desmascaremo-lo para que sofra o repúdio e o castigo. A nossa caridade não pode estar ao léo do pobre indigno ou do mendicante viciado que nos engana e, com isso, desvia a esmola que deve tocar aos que verdadeiramente estão em precariedade (SPAAN, 1950, p. 5).

Segundo o relatório daquele ano, a proposta já vinha sendo experimentada: “Pelas experiências que fizemos, em 4 meses, os resultados foram satisfatórios, chegando a mais de 80% o numero de falsos pedintes” (SPAAN, 1950, p. 1). O falso mendigo, o pobre indigno, entretanto, não é só o “explorador”, o “malandro contumaz”, mas também aquele que, podendo trabalhar, por qualquer razão não trabalha: “Os que podem trabalhar que trabalhem, essa é a lei natural e justa, exemplificada nos sãos principios da doutrina cristã” (SPAAN, 1943, p. 2-3). Curiosamente, há menções aos “sem trabalho”, “os que, de momento, se en-

contram sem recursos” em dois relatórios, de 1931 e 1932. Possivelmente esse grupo é receptor de auxílios temporários, mas não há outros comentários a respeito, ainda que ele fizesse parte do programa social da SPAAN (1931, p. 3).

Ao contrário da noção que exprime, o termo *vadiagem*, que conjuga a falta de moradia fixa à de um meio de subsistência legítimo e estável, é raramente utilizado na documentação tanto da SPAAN quanto do Instituto Dias da Cruz. Sob pena de prisão, a vadiagem e a mendicância estavam enquadradas no Código Penal de 1890 e, após, na Lei de Contravenções Penais de 1941. A presença patológica e ameaçadora de um grande contingente de vadios, porém, gerava processos e prisões nos grandes centros urbanos do país: em São Paulo, era criada em 1933 a Delegacia Especializada de Repressão à Vadiagem²¹, com 916 detenções só no primeiro ano de funcionamento (MARTINS, 1996, p.248) e no Rio de Janeiro a maioria dos presos durante os trinta primeiros anos do século foi detida por vadiagem ou desordem (MISSE, 1998, p. 6).

Em Porto Alegre, é curioso que, ao contrário do que ocorre em outras cidades brasileiras durante o período, não foram encontrados processos penais por vadiagem. Anderson Zalewski Vargas observa o mesmo em relação às prisões por vadiagem nas duas primeiras décadas do século XX, que, segundo ele, existiram e foram significativas. As estatísticas policiais de que se ocupa, porém, eram dominadas por pequenos delitos e contravenções comumente associadas à vadiagem, que geraram inquietação e a organização de um aparato policial que zelasse pela “moral” e pelos “bons costumes” na cidade, reprimindo um segmento específico da população. Fernanda Vecchi Pegorini tampouco encontrou os “vadios” nos processos criminais e arquivos sobre a polícia durante o período que vai de 1890 a 1940, mas traz um dado interessante: “[...] as pessoas classificadas por vadiagem não eram processadas, mas sim, remetidas a instituições como o Hospital Psiquiátrico São Pedro, criado na década de 1890 para servir como hospital para alienados” (Pegorini, 2007, p. 11).

A noção de vadiagem, como demonstra Zanirato, serviu de “vala comum” a uma série de “delitos” que a moral burguesa pretendeu dirimir.

2.4 O COMPLEXO PROBLEMA DA MENDICÂNCIA PÚBLICA: REPRESSÃO E ASILAMENTO

O apelo da SPAAN contra a *falsa* mendicância vai progressivamente se mesclando e se confundindo com uma cruzada contra a mendicância *pública*. Ainda que de forma mais tímida, a campanha já aparece em 1932: após uma explanação sobre um incremento na receita

21 A Delegacia de Repressão à Vadiagem só seria extinta em meados da década de 1990.

que poderia, enfim, ampliar a execução do programa social da SPAAN, o presidente, Adel Carvalho, enumera o que é necessário:

1º – que a chefatura de Polícia torne efetiva a proibição da mendicância nas ruas e logares públicos. Não quero discutir aqui os aspectos jurídicos, filosóficos e mesmo humanos de tal medida. O fato, porém, é que ela representa uma inegável necessidade para a manutenção de grande maioria dos atuais contribuintes efetivos da “SPAAN” e para a obtenção de novos. Pensar que a cada um compete recusar-se a dar esmolas em público e encaminhar estas à “SPAAN” e que, assim, cessando os doadores públicos, desaparecerão os mendigantes, poderá estar plenamente dentro da lógica, mas está perfeitamente fóra da realidade ambiente.

2º – que os cofres públicos auxiliem diretamente à “SPAAN” (SPAAN, 1932e, p. 2).

Esse trecho é particularmente interessante pela sua explicitude: assume-se que há aspectos humanos, filosóficos e jurídicos implicados na proibição da mendicância, mas ela é fundamental para a manutenção da própria SPAAN, ou seja, os pesos da argumentação se deslocam: se com frequência a entidade se legitima enquanto protetora dos necessitados através da canalização e otimização da caridade, aqui o que está implícito é que a prática da caridade se faz com vistas a uma contrapartida, a extinção da mendicância pública. Ainda que vez ou outra se conclame a população a contribuir mais para solucionar o problema da pobreza, o apelo na realidade é para que se contribua mais *com a SPAAN*, que é a entidade que se dedica de forma especializada à pobreza nas ruas. À sociedade porto-alegrense cabe, portanto, “compreender” a “benemérita tarefa” que se autoimpõe a SPAAN e “colaborar”, eliminando o costume de dar esmolas na rua (leia-se “diretamente ao pedinte”):

O velho habito de se dar esmola a todo áquele que nos estende a mão, causa um mal muitissimo maior do que o bem que se pensa fazer.

[...]

É preciso que sêja abolido o pernicioso sistema de dar esmolas nas ruas, ou qualquer outra parte, afim de que se possa, com esses recursos esparsos e mal aplicados, depois de encaminhados ás instituições legalmente constituídas, se levar um pouco de conforto a esses lares humildes, porém honestos dos verdadeiros necessitados.

Que não sirva de justificativa, ao ser dada a esmola, a aparência do pedinte, porque este, com ardil e astucia, procura sempre vencer a perspicacia do observador.

As proprias doenças e deformidades fisicas são, não raramente, abandonadas aos tratamentos adequados, afim de que não cesse a razão de pedir.

O auxilio isolado é ineficaz e, dahi, a necessidade das organizações sociais afim de recolherem os recursos esparsos e distribui-los de maneira eficiente e oportuna (SPAAN, 1940, p. 4-5).

Àqueles “que realmente carecem de esmola”, “sem a necessidade de exibirem em público o seu infortunio” (SPAAN, 1941, p. 1), “infelizes que, esquecidos em suas casas, aguardam o recurso necessario á subsistencia” (SPAAN, 1940, p. 11), a SPAAN direcionará o óbolo. É curioso perceber, na comparação com os documentos produzidos pelo Instituto Es-

pírita Dias da Cruz, que a SPAAN tem uma preocupação muito maior com o convencimento nos seus relatórios, como se, ao contrário da posição espírita que confere à caridade um valor absoluto, dever autoexplicativo de todos, aqui fosse necessário prestar contas a todo momento quanto à importância do serviço oferecido à coletividade.

Além da colaboração da população, é necessário que a polícia entre em cena, tornando efetiva a proibição da mendicância em qualquer lugar público. A SPAAN trabalha em estreita parceria com as autoridades policiais desde o princípio do seu funcionamento, como já se viu, na triagem dos candidatos a auxílios e na repressão aos “falsos mendigos”. Com o passar do tempo, porém, ao invés de diminuir, os pretendentes ao recebimento de socorros só aumentaram. O propósito da instituição parecia não conseguir cumprir-se, o que demandava constantes avaliações em busca das causas do insucesso e do aperfeiçoamento da solução:

Em palestra que tive com o sr. Dr. Renato de Souza²², onde ficaram assentadas varias medidas de repressão á mendicancia publica, *principalmente a exercida pelos falsos mendigos*, ficou demonstrado que, enquanto não houver um recolhimento apropriado para os pedintes, *falsos ou não*, as medidas postas em pratica jamais darão resultados satisfatorios, por isso que, não podendo os infratores serem detidos por mais de 24 horas terão que ser soltos, para, no dia seguinte, voltarem novamente á rua a explorar o sentimento religioso e bondade do nosso povo (SPAAN, 1941, p. 9, grifos meus).

A fim de que se pudesse, enfim, obter resultados satisfatórios, seria necessário coibir toda a mendicância (principalmente, mas não só, a falsa), recolhendo das ruas os pedintes (falsos ou não). Esse é um entre outros discursos confusos, em que noções insistentemente operacionalizadas pela entidade se misturam e mesmo se contradizem: a SPAAN admite a existência de verdadeiros necessitados, a quem alegadamente seu serviço se destina, mas é necessário reprimir e recolher a todos; no mesmo trecho, já sem diferenciação entre uns e outros, aparecem “infratores” que “exploram” a bondade do povo. Na grande empresa a que se propõe, de “amparar os desvalidos” e ao mesmo tempo “extinguir por completo a mendicância pública”, a SPAAN vai progressivamente delineando a solução que pretende ser definitiva:

Temos conhecimento, através das sindicancias procedidas por intermédio da “Seção Policia de Costumes” e Secretaria da nossa Instituição, que há para mais de uma centena de indigentes que precisam ser asilados *compulsoriamente*, devido as condições de abandono fisico e psiquico em que vivem.

[...]

Os que vivem só, os que não tem casa, parentes e amigos, precisam ter, como disse alguém, a ilusão de que não se encontram só no mundo e, para isto, é necessario que se lhes dê um abrigo, onde encontrem os meios de subsistenci-

22 Delegado da Polícia de Costumes presidente da Comissão de Sindicâncias da SPAAN, “a quem compete, também, a repressão á mendicancia” (SPAAN, 1941, p. 3).

a, sem o constrangimento tão peculiar aos que pedem aquilo que lhes deveria ser dado sem humilhação.

Devemos, sem esmorecimentos, continuar lutando até alcançarmos, pela tenacidade, o milagre da realização desse monumento altruístico que será o asilo que pretendemos construir (SPAAN, 1941, p. 3, grifo meu).

Desde o princípio, a SPAAN trabalhou com a perspectiva de gerar reservas para uma “maior execução do seu programa social”, mas foi o ano de 1941 que trouxe “animadoras esperanças de ser resolvido o complexo problema da mendicância pública”, através da doação de um terreno destinado ao “monumento altruístico” do asilo. Nesse mesmo ano, de comum acordo com a Polícia de Costumes, deu-se início, “embóra em carater provisório, á campanha á falsa mendicancia e recolhimento dos individuos que necessitam de uma assistencia mais apropriada ás suas condições de abandono e miseria” (SPAAN, 1942, p. 1).

A casa, que começaria a funcionar efetivamente em março de 1942, ficou conhecida como Abrigo em Teresópolis ou Chácara da SPAAN. Os termos *abrigo* e *asilo* são utilizados como sinônimos, embora o “acolhimento” prescrito aos que “vivem só” seja compulsório. Essa concepção de abrigo-asilo com um sentido de internamento, morada por tempo indeterminado, não é nova em Porto Alegre: desde 1898, já funcionava o Asylo de Mendicidade Padre Cacique, com o vago objetivo de “abrigar mendigos”. No final da década de 1920, a *Federação* observava que boa parte dos mendigos preferia renunciar à reclusão em asilos, apesar “do conforto, da benevolência, do carinho mesmo que ali encontram”, em prol da liberdade, na verdade “afeição aos vícios que a disciplina dos asilos não consente”²³. Assim como o Padre Cacique, a SPAAN funciona até hoje como asilo permanente para idosos carentes, grande parte sem vínculos familiares. Ainda que pouco tenha sido pesquisado a respeito da história de ambas as instituições, a especialização nesse público de idosos foi ocorrendo progressivamente, de certa forma acompanhando discussões que, em âmbito nacional, são bastante recentes. No caso da SPAAN, em todo o conjunto de relatórios, aparece uma única menção específica à velhice. A identificação entre velhice e mendicância é bastante comum até, pelo menos, o século XIX (ARAÚJO; COUTINHO; SANTOS, 2006, p. 90): a noção de velho, então, aparecia associada diretamente à incapacidade de produzir e de assegurar-se financeiramente. O velho sem vínculos, portanto, faz parte do grande grupo estropiados que pertencem legitimamente à categoria de *mendigos* (verdadeiros); diferenciá-los não faz parte das preocupações dessas instituições durante o período em questão.

23 A observação era feita em nota intitulada *A mendicância*, publicada no *Diário de Notícias* em 18 de fevereiro de 1928 (MONTEIRO, 1995, p. 83-84).

A primeira menção mais detalhada ao Abrigo aparece no relatório referente às atividades de 1945, quando já eram 170 os “necessitados e indigentes de ambos os sexos” recolhidos, ainda que em condições modestas (precárias?):

Não obstante a area disponivel ser insuficiente para a organização de um “RETIRO” em condições de satisfazer plenamente as condições higienicas para uma centena de individuos que careçam de uma habitação em carater permanente, os serviços que vem prestando á coletividade, são dignos da apreciação dos que já o visitaram.

Na sua impressionante modestia, deixa antever aos seus inumeros visitantes que para a pratica da caridade, não se necessita mais do que a brandura aliada a um tratamento alimentar capaz de equilibrar as energias exgotadas dos que para ali são abrigados expontaneamente.

Ao sr. Dr. Delmar de Araujo Ribeiro, dd. Delegado da Especializada de Costumes, se deve o que lá se encontra, desde a construção de novos pavilhões, como o necessario á sua manutenção” (SPAAN, 1946, p. 2).

A justificativa para a construção do asilo sempre passa por uma argumentação sentimentalista em relação aos que “precisam ter a ilusão de que não se encontram só no mundo”, mas as motivações “secundárias” vez ou outra se deixam ver nos relatórios – já em 1942, a “ádua tarefa confiada à SPAAN” era revelada:

Ao ser lembrada, pelo Rotari Clube, a ideia de fundação de uma Sociedade com finalidade precipua de extinguir a mendicancia publica, acreditou-se que, dada a magnitude do alcance social de tal medida, tivesse fórte repercussão em todas camadas sociais, visto que o resultado advindo de tão salutar medida, viria trazer beneficio a todos em geral, não só sob o ponto de vista social, como tambem economico. Assim, porém, não aconteceu.

O numero dos que contribuem para a Caixa da Esmolas da SPAAN é, em relação á nossa população, diminutissimo.

Durante 10 anos vem a “SPAAN” distribuindo esmolos aos mendigos e necessitados, sem haver, entretanto, conseguido os recursos necessarios á execução da ardua tarefa de promover o asilamento dos mendigos e, assim, extinguir por completo a mendicancia publica.

A Policia de Costumes, a quem está afeta a repressão á mendicancia, tem dado todo o seu apoio á SPAAN mas, como não havia onde recolher os pedintes, principalmente os exploradores da caridade publica, tornou-se esse problema insolúvel.

Agóra, porem, com a doação feita do terreno a que já fizemos alusão, iniciamos, a titulo de experiencia, com a colaboração da Chefia de Policia, uma serie de medidas que, si não derem um resultado completo, pelo menos virão melhorar de maneira sensível tão debatido assunto” (SPAAN, 1942, p. 2).

Por fim, retomando as considerações do então presidente Adel Carvalho do início desta seção, o papel do Estado nesse grande empreendimento: auxiliar e contribuir. Já no segundo semestre do mesmo ano de 1932 a expectativa é cumprida e a instituição tem aprovadas subvenções anuais pelos governos do estado e do município:

Póde, assim, a “SPAAN” continuar o seu meritorio trabalho de saneamento da nossa bela Capital, retirando de suas grandes arterias os desvalidos da fortuna, os alejados e enfermos, amparando-os devidamente (SPAAN, 1933, p. 1).

Sanear a capital, retirar de suas artérias os desvalidos da fortuna! Reconhece-se um contingente que, mesmo sob o amparo de um auxílio financeiro periódico, não será capaz de “reestabelecer-se” ou reintegrar-se. Não há lugar para eles no mundo do trabalho, laços familiares ou comunitários foram rompidos. Permanecerão, portanto, nômades por tempo indeterminado. A solução é uma só: a reclusão, “o recolhimento de necessitados e indivíduos considerados como elementos nocivos à ordem social” (SPAAN, 1950, p. 3).

Até 1949, o Abrigo funcionou sob responsabilidade da Chefia de Polícia por conta da insuficiência de verbas da SPAAN, que se limitava a repassar a subvenção concedida pelo governo do Estado a esse fim. Paralelamente, os relatórios noticiavam o sucesso da polícia na “retirada dos falsos mendigos das ruas mais centrais da nossa Capital” (SPAAN, 1948, p. 9), elogiando os “bons serviços prestados à coletividade” (SPAAN, 1949, p. 1):

A Repartição Central de Policia, pela Delegacia Especializada de Costumes, tem auxiliado a “SPAAN”, com a retirada dos falsos mendigos que exploram a caridade publica, recolhendo-os ao Abrigo em Teresopolis” (SPAAN, 1949, p. 7).

A finalidade do “retiro”, porém, foi sempre expressada de forma ambígua na documentação. Na introdução do relatório referente à gestão de 1949, comentava-se, sobre “os que carecem de amparo material imediato”, ser “preferível abriga-los em modestas instalações, a deixa-los ao relento, às intemperies, abandonados, sem uma única esperança de poderem, em melhores dias, viverem com higiene e relativo conforto” (SPAAN, 1950, p. 1). Nesse mesmo ano, em reunião do dia 17 de março, após a divulgação de uma subvenção da Prefeitura que seria finalmente suficiente para a gestão do Abrigo, pôs-se em pauta a devolução da propriedade,

assim como também os moveis, utensilios e semoventes que, a titulo de emprestimo, foram postos à disposição da Repartição Central de Policia, confôrme acôrdo firmado em vinte seus de Março de mil novecentos quarenta e dois, visto haver possibilidade, com a verba óra existente, de ser cumprida uma das cláusulas da doação do citado imovel (SPAAN, 1949b).

A não prestação de contas por parte do administrador do Abrigo em relação à subvenção repassada e a “desorganização existente em todos os setores daquele Abrigo”, bem como a “responsabilidade moral” assumida no recebimento do terreno levaram à deliberação pelo Conselho, em 19 de abril de 1949, da devolução da casa à administração da SPAAN. O parecer do então secretário da SPAAN, responsável por uma avaliação do funcionamento do Abrigo, foi definitivo:

Pelo senhor secretario foi, então, informado o Conselho Diretor da real desorganização existente em todos os setores daquele Abrigo, a cargo da Chefia de Policia do Estado, acrescentando ser preferível o seu fechamento a continuar a ser considerado, como está sendo, um abrigo presidio. Ao terminar suas informações, acrescentou, o senhor secretario, que o administrador do Abrigo não havia ainda, até a presente data, prestado contas da importancia de cinquenta

mil cruzeiros, que lhe foi entregue em Dezembro do ano ultimo findo e referente à subvenção concedida pelo Governo do Estado (SPAAN, 1949c).

2.5 O POBRE ENVERGONHADO, QUEM NÃO O CONHECERIA? A “BOA FORMA” DE SER POBRE

A Spaan o procura com empenho e o acóde com preferência para salvar-lhe as boas qualidades iminentes que conserva, e para recuperá-lo à confiança nos homens e na vida. O pobre envergonhado, quem não o conheceria? É o que se consome na esperança de dias melhores que não vêm, que se desgasta na amargura e, talvez, na lembrança de seus próprios erros e culpa, cujas consequências se ocultam pelo vexame que sente de reconhecer-se pobre. A Spaan tem neste setôr a maior de suas atribuições. Descobrir esse gênero de necessitados, identificá-los, identificar-se com êles, sem ferir-lhes os melindres evidentes, a fim de que o auxílio prestado não se confunda com a humilhação ou destrúa desculpáveis remanescentes de um orgulho que pode até ser salutar para uma recuperação integral, criadora das energías renovadoras – eis a sublime missão da Caritas que o Mestre Divino ensinou e que a Spaan pratica com a sensibilidade acurada de seu grande apostolado. Ir, como um vicentino, ao tugúrio do que precisa, em visita que a publicidade ignóra e não divulga, porque feita em sigílo, para dar o alimento para o corpo e a solidariedade do conforto moral que é o recibo para a alma. Esta é a maneira de agir que os pro-homens da Spaan têm executado com tanto carinho e com tanto e tão nobre empenho pela sorte dos desfavorecidos que padecem em silencio e na dôr de sua triste condição de pobres envergonhados (SPAAN, 1950, p. 4).

Ou seja, há uma “forma correta de ser pobre”, a pobreza é flagelo individual e transitório, fruto de erros e da falta de energia. Manter, nesse caso, o orgulho e a discríção, ainda que se conte com um auxílio externo, é a boa forma de agir, rumo à recuperação integral. Essa definição é feita pelo deputado Albano Volkmer em discurso proferido num dos almoços semanais do Rotary Club²⁴, como um “parênteses” a uma classificação geral dos pedintes que, segundo Curt Mentz (então presidente da instituição, parafraseado por Volkmer), dividem-se em três espécies: *os que imploram por motivos físicos*: aqueles que, “afetados no organismo, talvez por condições congênitas ou por moléstia, se vejam inibidos de praticar atividade que lhes dê o sustento” (SPAAN, 1950, p. 3v); *os que pedem por abalo moral*, por motivos de infortúnio: “O abálo moral que abate e elimina as energias e que merece da nossa pena e da nossa comiserção” (SPAAN, 1950, p. 4); por fim, *os que exploram por vício*: “o explorador, o viciado, o falso mendigo, o malandro contumaz que, com a lábia adquirida na longa escola da inércia, teme o trabalho e melhor se socorre do engôdo com que ilaqueia à boa fé do próximo e aproveita o sentimentalismo do seu semelhante” (SPAAN, 1950, p. 4).

Alguma forma de distinção entre os mendigos e os necessitados sempre esteve presente na documentação da SPAAN, mas progressivamente, enquanto vai sendo desenhada a

24 Publicado no *Correio do Povo* em 28 de outubro de 1949 e anexado ao relatório desse ano.

solução definitiva para a mendicância (verdadeira ou falsa), a imagem dos “verdadeiros necessitados” vai sendo valorizada em associação à de “infelizes que, esquecidos em suas casas, aguardam o recurso necessário á subsistencia” (SPAAN, 1940, p.11):

Os nossos esforços empregados na defesa dos que realmente carecem de esmola, sem a necessidade de exibirem em publico o seu infortunio, têm encontrado o mais franco prestígio não só dos poderes publicos, como tambem da nossa generosa população, por haverem compreendido que cumprimos religiosamente o perfeito regime da caridade (SPAAN, 1941, p. 1).

Em suma, a rua, o espaço público, não é o lugar de “exercer” a pobreza. Àqueles que não podem trabalhar, a reclusão como “assistência eficaz”; aos que insistem no vício da ociosidade, a reclusão como punição. Que uma e outra se deem no mesmo espaço é indício de qual, no fundo, é o problema a resolver. O pobre digno, verdadeiro necessitado, cuja existência não é posta em dúvida, deve saber aguardar pacientemente, no silêncio do seu humilde tugúrio, a visita salvadora que lhe trará o auxílio.

2.6 A MASSA IRREGULAR QUE MARCHA SEM RUMO: OS “SEM-TRABALHO” E OS “SEM-TETO”

Asilem-se os mendigos inválidos, removam-se das ruas os homens e mulheres válidos não afeitos ao trabalho, estabeleça-se o comportamento desejável para a pobreza que restar. Mas e a noção de *desemprego*? Não faria parte do ideário daqueles preocupados em promover, contribuir ou criticar a assistência social a possibilidade de existirem pessoas em condições de miserabilidade não porque não *possam* ou não *queiram* trabalhar, mas porque não encontram um lugar que lhes garanta a subsistência no mundo do trabalho formal? Hoje, 2011, não é difícil reconhecer, ainda que isso não ocorra de forma incontroversa, que o sistema econômico produz excedentes, ou *supranumerários*, no termo de Robert Castel (2008). Na década de 1920, a análise de Charles Monteiro identifica, além dos *verdadeiros mendigos* e dos *vadios*, os *desocupados involuntários* como integrantes da tipologia social então corrente, expressa na campanha de moralização promovida na imprensa de Porto Alegre (Monteiro, 1995, p. 83). A *Federação*, periódico oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, entretanto, responde à pergunta posta há pouco com uma negação: ao contrário do contexto europeu, onde quatro milhões de homens não tinham trabalho, aqui não haveria desemprego, e sim uma “carência de braços” (MONTEIRO, 1995, p. 84). Ainda que essa premissa não apareça de forma explícita nos discursos da assistência expostos até aqui, ela parece permear as suas práticas e distinções.

O impulso de identificar essa empresa moralizadora e higienista que estava atrelada à assistência (levada a cabo, afinal, por uma elite econômica) como uma expressão autoevi-

dente e indiscutível do preconceito, da exclusão, da exploração, do “mal”, enfim, precisa ser combatido constantemente. Ainda que um intuito de controle e mesmo um interesse estético muito dificilmente não estejam presentes, não se pode negar a possibilidade de que a intenção individual da caridade seja genuína – no sentido de não mascarada, mas baseada numa crença sincera. Assume-se, portanto, que os empreendedores e as damas da alta sociedade porto-alegrense pudessem de fato compadecer-se com a situação das “classes desfavorecidas” e desejar soluções para o problema, entendendo que o princípio segundo o qual “pela via do trabalho se cultivam e mesmo se ‘recuperam’ as melhores qualidades dos homens” – ainda bem vivo, aliás – pode constituir uma convicção, mais do que uma estratégia de disciplinarização ou coerção.

Feita essa ressalva, a criação – e utilização sempre crescente – de uma instituição de abrigo noturno como é o Dias da Cruz dá indícios, em primeiro lugar, de uma concepção de assistência que se fundamenta mais em outras premissas e, em segundo, de que aquela pretensão saneadora nunca chegou a ser plenamente realizada, ainda que seja difícil mensurar o seu sucesso. Autoproclamado o primeiro (e durante todo o período analisado, o único) serviço de albergamento da cidade, o Dias da Cruz nasce com uma proposta particular e aparentemente atendendo a um público (in)diferenciado: não necessariamente de *mendigos* – já que quase nada se sabe (e talvez pouco se perguntasse) sobre as suas atividades durante o dia –, mas *válidos*, já que, em sua maioria, trata-se de adultos que não têm residência fixa, apesar de terem condições de trabalhar, nem um grupo de pertencimento próximo que os acolha. Castel identifica na figura do *vagabundo* da Europa pré-Revolução Industrial o desfilhado por excelência, com base em dois critérios: “a ausência de trabalho, isto é, a ociosidade associada à falta de recursos, e o fato de ser sem ‘fé nem lei’, isto é, sem pertencimento comunitário” (CASTEL, 2008, p. 120). A criação do Abrigo Dias da Cruz parece ter trazido à tona, na Porto Alegre das décadas de 1930 e 1940, o seu melhor homólogo. O atendimento noturno, intrinsecamente paliativo (no sentido de tratar-se da atenuação temporária de um mal, que é tratado como sendo mais do indivíduo desatrelado do que da coletividade da qual ele se desatrelou), contraria, ou ao menos atribui pesos diferentes a esses pressupostos. Um dos textos que comenta a sua inauguração, publicado num dos principais periódicos da capital, é significativo:

Certamente, o albergue não se destina, em sentido restricto, aos mendigos, mesmo porque nelle não se aceitam, como em todos os albergues nocturnos em toda parte, pessoas doentes. E, em these, pressuppõe-se no mendigo a condição de enfermo.

Não quer isso dizer, no entanto, que a mendicidade, em sentido geral, não se possa socorrer da iniciativa, muito embora os sem-trabalho, e que não são necessariamente mendigos, ou os que, trabalhando penosamente não tenham, entretanto, onde asyilar-se, sejam os naturaes usufructarios da iniciativa.

A criação do albergue da Sociedade Dias da Cruz, porém, faz avivar a necessidade em que nos achamos de que os poderes públicos, assim como as vontades generosas dos particulares, não deixem permanecer como perpetua incognita o problema da mendicidade.

Porto Alegre não mais pode admitir, em suas ruas, o espectáculo da pobreza esmolante. Não será, contudo, com a proibição da mendicidade que se resolverá o problema, apesar de que a perseguição aos falsos mendigos não se deverá nunca dispensar.

A instalação do albergue nocturno deveria ser seguida pela criação de asyls, e assim a sequencia lógica do amparo aos necessitados se completaria.

De uma maneira ou de outra, excepto o criterio da perseguição simplista que nada resolve, urge que renasça a obra em favor da população pobre e, também, em beneficio da propria esthetica urbana, com a solução do problema da mendicidade, que dia a dia se torna mais chocante” (A PROPÓSITO..., 1931, p. 5).

O autor da nota define a condição de mendigo, associando-a à doença, mas afirma que os “sem-trabalho”, que não são mendigos, ou os que trabalham penosamente são o objeto preferencial da instituição. Ou seja, ele se utiliza da criação do abrigo para comentar o que na verdade é outro assunto: a conclusão implícita é que a iniciativa não resolverá o problema do “espetáculo da pobreza esmolante”, cuja perseguição tampouco soluciona a questão. A “sequência lógica” é a criação de asilos, esses sim obra efetiva “em favor da população pobre” e também da “própria estética urbana”. Quanto a criação da SPAAN – latente desde 1929 –, alguns meses após a inauguração do Abrigo Noturno, pode ter vindo também em resposta a essa iniciativa paliativa, como a “maneira correta” de prestar assistência eficaz resolver a “mendicidade que dia a dia se torna mais chocante”, aqui mal se pode especular.

Em outras notícias veiculadas no mesmo jornal, consta que não seriam recebidas pessoas “doentes e ébrias, o que se justifica plenamente” (PARA OS POBRES..., 1931a). A primeira restrição não parece proceder, já que constantemente os relatórios trazem menções a indivíduos tratados no posto médico Alberto Bins ou encaminhados à Santa Casa; a partir de 1936, mesmo os afetados por doenças contagiosas ganham um local específico onde podem manter-se isolados dos demais albergados. O atendimento do Abrigo, desde o princípio, pretende-se universal: não há qualquer menção a critérios de entrada, as únicas exceções se referem mesmo aos indivíduos *turbulentos* ou *alcoholizados*. A função de afastá-los cabia a um guarda civil cedido pela Chefatura de Polícia do Estado para essa função:

Para auxilio da vigilância noturna e da manutenção da indispensavel disciplina, o tte. Cel. Chefe de Policia manteve o guarda-civil do Abrigo, que prestou bons serviços, pois, às vezes, apresentam-se individuos desordeiros ou alcoholizados (IEDC, 1943, p. 13).

As boas relações com a polícia são consistentemente cultivadas, nos melhores termos possíveis. Em troca da “cortesia e solicitude” (IEDC, 1938, p. 22) das autoridades policiais, “o Instituto, por sua vez, sempre facilitou a acção da policia, fornecendo os dados que lhe fô-

ram exigidos sobre pessoas que se apresentaram ao pernoite” (IEDC, 1938, p. 22). Segundo nota publicada no *Diário de Notícias*, a polícia pretendeu, a partir do advento do Abrigo, criar uma espécie de serviço “recolhimento” dos desabrigados nas ruas de Porto Alegre:

De segunda-feira em diante qualquer pessoa poderá dirigir-se aos aparelhos telephonicos das delegacias de policia desta capital, dando sciencia de que alguem está carecendo de abrigo, por falta de recursos, que serão tomadas as devidas providencias, por determinação do desembargador Florencio de Abreu, chefe de policia do Estado (UM ABRIGO..., 1931, p. 7).

Antes e depois da fundação do Abrigo Noturno, algumas pessoas “costumavam” (IEDC, 1937, p. 26) procurar pernoite – não se chega a precisar em quais circunstâncias, mas o fato é mencionado nos relatórios e nos jornais – também nas delegacias de polícia. A partir da inauguração da casa, pelo menos parte dessas pessoas passaram a ser encaminhadas ao Abrigo, que as recebia sem restrição de horário; em certos casos, a polícia também determinava a estada prolongada de indivíduos ou famílias, inclusive durante o dia, exceção prontamente acolhida. Da mesma forma, eram atendidos os encaminhamentos feitos pela Prefeitura de Porto Alegre e de outros municípios (não sem uma ligeira admoestação), assim como por outras instituições de caridade:

O Abrigo deu agasalho, sem restrição de hóra, a todas as pessôas enviadas pela Policia, pela Prefeitura e por instituições de caridade, desta capital e do interior do Estado. Algumas permaneceram durante o dia e receberam alimentação e toda a assistência, pois não tinham para onde ir.

Apesar de seu o Abrigo uma instituição portoalegrense, serve a todo Estado, ainda que tal circunstância não seja devidamente apreciada pelas Prefeituras do interior, que nada contribuem para manutenção dos cada vês mais custósoos serviços da nossa casa (IEDC, 1943, p. 14).

O discurso contido nos documentos do Instituto Espírita Dias da Cruz, ao contrário dos da SPAAN, jamais responsabilizam ou conclamam a polícia a cumprir algum papel além da manutenção da disciplina. Algum apelo é dirigido aos poderes públicos, mas sempre menor do que a intenção constante de manter relações do maior respeito e solicitude. A boa vontade quase exagerada, mesmo servil, deixa-se ver a todo momento: a casa está sempre à disposição para atender qualquer solicitação emanada das autoridades; o posto médico Alberto Bins era oferecido ao Serviço de Assistência Pública da Prefeitura, para o atendimento de acidentados nas proximidades (IEDC, 1938, p. 20); quando da organização no núcleo estadual da Legião Brasileira de Assistência, o instituto se pronuncia não pedindo subvenção, mas disponibilizando à organização suas instalações e serviços (IEDC, 1944, p. 16); e há extremos que beiram o cômico: em 1942, por ocasião da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a lavanderia do instituto é preparada para servir como abrigo antiaéreo (IEDC, 1943 p. 26-27).

Preocupação fundamental desde o princípio do funcionamento da casa foi estabelecer esse caráter de utilidade pública – ainda que o reconhecimento oficial só tenha sido obtido no final da década de 1940²⁵ –, desvinculando a assistência das atividades religiosas do espiritismo. O *Diário de Notícias*, ao noticiar a inauguração do Abrigo, corrobora o que é afirmado nos relatórios em diversas ocasiões:

A Sociedade Espirita Dias da Cruz, ao realizar essa benemerita obra, não visa, de modo algum uma propaganda da seita que professam seus associados. O regulamento do novo albergue noturno consta um dispositivo pelo qual é vedado terminantemente aos encarregados do albergue fazerem qualquer referência a materia de crenças com relação aos que ali forem buscar abrigo, bem como interrogar os frequentadores sobre suas ideas religiosas ou fazerem referencias a isso no livro de registro (UM ABRIGO..., 1931, p. 7).

A prática ativa e constante da caridade, “dando tudo quanto possível for, do intellecto ou dos bens materiaes, em proveito dos que soffrem e luctam sem esperança” (IEDC, 1938, p. 38), é princípio incontestado do espiritismo. A compaixão, o “sentimento de fraternidade aos que soffrem fome e sentem frio” (IEDC, 1939, p. 32) e o interesse “pelas misérias da vida”, porém, é obrigação de todos aqueles que se consideram “vinculados a credos cristãos” (IEDC, 1942, p. 13), sem muita indagação a respeito do motivo. Daí o apelo maior da instituição dirigir-se eminentemente à população:

Nem tudo deve caber ao Govêrno; ao particular incumba cooperação na solução dos grandes problemas sociais. Nós, em Porto Alegre, que tanto fazemos praça de cultura, não devemos constituir uma triste excepção às demais grandes cidades, onde o assunto é tratado com o carinho que merece” (IEDC, 1943, p. 11).

Nosso apelo do ano anterior teve êxito, mas a campanha de sócios tem de continuar pelos motivos já expostos em outros pontos dêste relato. Quanto mais recebermos, mais daremos, e, por muito que demos, ainda sempre estaremos muito aquém das necessidades da pobreza da capital. Só mesmo os que viverem o ambiente desta casa, poderão ter uma idéia do que vai de pobreza e de desconforto nos bairros modestos da cidade. Não estamos fazendo literatura de ficção, nem pretendemos explorar o sentimentalismo das almas bem formadas. A verdade nua e crúa é esta: ha muita miséria em Porto Alegre, e todos têm o dever de se congregarem para aliviar os sofrimentos dos seus irmãos. Não é humano que pônhamos fora, aquilo que poderá matar a fome de muitos. Os que fizeram pelos que necessitam, farão mais por si mesmos, do que por aqueles a quem socorrerem (IEDC, 1940, p. 31-32).

A aceitação social e a busca de contribuições, porém, são buscadas por outra via, com um apelo distinto daquele propagado pela SPAAN. Quem poderia questionar a atenção dispensada às mães carentes, às crianças abandonadas, aos flagelados das enchentes, às famílias pobres do interior que vêm à capital tratar seus doentes? Não se cria controvérsia,

25 Em 16/04/1947 pelo governo estadual, em 12/05/1948 pelo município, e apenas em 10/02/1983 em âmbito federal.

amparar esses grupos é a coisa “certa” a fazer. O objeto principal da atuação do Abrigo e motivador da sua criação, porém, são os “sem tecto”, problema que até 1926 “não havia sido objeto de cogitação em Pôrto Alegre” (IEDC, 1957, p. 17). A despeito da objetividade dos relatórios, uma preocupação com o conforto “material e moral” oferecido aos “irmãos albergados” aparece na documentação com certa frequência, ao lado de termos como *cordura, fraternidade, solidariedade, carinho, atenção, piedade humana, compaixão, amor, dedicação, desinteresse*. A preocupação com a “situação moral” dos albergados também é permanente, e aparece recorrentemente na forma de “encaminhamento para o trabalho”, “inclusive para serviços de estradas e para as Minas da Companhia Carbonifera Rio Grandense” (IEDC, 1938, p. 23) e “aconselhamento contra os vícios, sobretudo o alcoolismo”:

Ambas as Secções têm salas com relativo conforto, bem iluminadas, com ótimas condições de arejamento, dotadas de camas higiênicas, com boas cobertas de lã, serviço de banho quente e frio, alimentação, assistência médica, encaminhamento para o trabalho, doutrinação contra os vícios, principalmente o alcoolismo, enfim, são um misto de organização material e moral, capazes de salvar muitas criaturas dos desvios da estrada da vida, pela cura do corpo e polimento do espírito (ALMEIDA FILHO, 1945, p. V-VI).

A sensibilidade em relação ao sofrimento dos desafortunados, “gente paupérrima, com as carnes mal cobertas de miserável vestuário” (IEDC, 1944, p. 16), não está isenta de uma moralidade disciplinadora que permeia de forma evidente o serviço prestado pela instituição, que inclui na lista dos serviços que presta, mesmo na aridez dos relatórios:

Vestuário – Aos albergados, na conformidade dos donativos enviados, foram dadas roupas novas e usadas.

Higiene – O Albergue Noturno possui instalação de banhos quentes em ambas as secções, pois seu uso é diário e obrigatório. Lonas e cobertas das camas são periodicamente desinfetadas.

Assistência médica – É atendida em ambulatório especial, sob direção de profissionais competentes, auxiliados por enfermeiros.

Assistência medicamentosa – São proporcionadas a todos os necessários medicamentos para os respectivos tratamentos.

Assistência moral – Por amorável admoestação são afastados os albergados dos vícios. É vedada a entrada a individuos alcoolizados.

Assistência no desemprego – O Instituto não incentiva a vadiagem, e procura colocação para homens e mulheres válidos sem trabalho (IEDC, 1949, p. 15).

O “apoio moral”, na forma de conselho contra os vícios e o encaminhamento para o trabalho, assim como o próprio formato de assistência do abrigo noturno – em oposição ao asilamento permanente – são ações orientadas por uma ideia de *recuperação*, de que os indivíduos não são necessariamente *culpados* pela sua própria miséria, mas podem superá-la através da solidariedade, dever das “almas de bem”:

Já tivemos oportunidade de dizer, e vamos repetir: se nossa instituição de piedade humana limitasse sua atividade a dar leito e alimentação, sua finalidade não estaria completa, pois é indispensável que pensemos no futuro de homens e de mulheres que, pelo amparo e pelo encaminhamento a rumos mais dignos,

possam um dia voltar ao meio social, como elementos uteis a si próprios e à vida coletiva organizada” (ALMEIDA FILHO, 1945, p. VI).

Não descuramos da situação moral dos albergados, e graças ao Pai, temos conseguido encaminhar muitas pessoas, que reingressaram à vida normal de trabalho, e passaram a ter seu lar próprio. Nem seríamos dignos de nós mesmos, se nos limitássemos a dar auxílio material, que seria momentâneo, e não resolveria a situação de futuro dos abandonados à miséria e às privações de toda espécie” (IEDC, 1940, p. 13).

Nessa recuperação, ou antes para que a desfiliação não ocorra, concorrem uma série de fatores que não dependem necessariamente da vontade do indivíduo:

Não somente a alimentação da pobreza jugulará o mal, mas é imprescindível fazer mais: a educação popular em vários graus, desde a rudimentar, ao alcance dos desprovidos de qualquer noção dos seus deveres na coletividade, educação de trabalho honesto, como meio de prover a subsistência sua e a dos seus, até o melhoramento da sua moral, para que se capacitem da obrigação de contribuir, na medida de suas forças, para seu próprio bem e para o bem comum, o que lhes dará um lugar entre os que podem reclamar direitos. Enquanto o homem desafortunado tiver a mentalidade de mendigo, nada será possível tirar dele de útil, pois quem recebe o óbulo da caridade, sendo válido, capaz de uma atividade lucrativa e decente, ainda que modesta, desnivela seu caráter até a lama da vagabundagem (ALMEIDA FILHO, 1945, p. II).

O discurso reproduzido acima faz parte de uma tese apresentada por João Pompílio de Almeida Filho no 1º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul, intitulada *Contribuição ao estudo do problema da assistência social*. Textos com esse teor não aparecem nos relatórios consultados, que preferem sempre “deixar falar os alarmantes números”. Esporadicamente, aparece uma necessidade de assegurar que a obra do Instituto não pretende incentivar a vadiagem ou perpetuar a mendicância, embora essas ressalvas, no conjunto dos documentos, pareçam de certa forma “protocolares”, quase como o cumprimento de uma exigência externa, muito mais do que princípio relevante na orientação das ações. De qualquer forma, as portas estão sempre abertas à avaliação policial:

A policia reviza nossa casa, quando entende, e de lá retira aquelles considerados indesejaveis para ela, pois nós não conhecemos essa classe de pessoas, desde que realizamos uma obra em nome do Cristo. Isto não quer dizer que não mantenhamos ordem e disciplina, não pactuando com a vadiagem e com o vicio (IEDC, 1949, p. 13).

A pobreza ainda não chega a ser questionada como contradição estrutural, aparece associada à falta de sorte e é encarada como aflição individual, e através da caridade e do “conselho amorável” a pessoa pode se reestabelecer. O que é “novo” ou peculiar, ao menos no âmbito dos tipos de assistência social prestada em Porto Alegre, é uma certa medida de reconhecimento de que a miséria não é necessariamente *merecida* pela preguiça. O adulto pobre, “válido”, que tem condições de trabalhar mas não trabalha, deixa, de certa forma, de ser vilanizado. Essa “desvilanização”, como se vê, não é fruto de uma evolução no tempo, é

perfeitamente contemporânea a concepções e práticas que vão no sentido oposto; trata-se de uma divergência de representações.

Ainda que as obras de caridade possam ter contribuído grandemente para a legitimação social do espiritismo²⁶, e daí o empenho e solicitude em relação aos poderes (governos e polícia), uma intenção saneadora não parece permear de forma significativa as práticas de assistência empreendidas pelo Abrigo Noturno Dias da Cruz. Alguns serviços de acolhimento emergencial e de grupos unanimemente aceitos como frágeis não de ter sido incontroversos. A quem, afinal, incomodaria esse tipo de caridade? Seu objeto principal, porém, os “sem teto”, homens adultos em sua maioria, voltavam após o café com pão, às sete da manhã, a povoar as ruas para quaisquer que fossem as atividades que ocupavam seus dias errantes.

26 Embora a prática da caridade estivesse na base da formulação doutrinária do espiritismo, a promoção e publicização de obras filantrópicas, ao redor do Brasil, contribuiu significativamente para a aceitação social da religião. Ao contrário do que ocorria em outras cidades brasileiras, de acordo com a pesquisa de Miguel (2009) na documentação policial do final do século XIX ao início do XX, no Rio Grande do Sul o espiritismo não teria sido alvo de perseguição legal. Entretanto, a prática do espiritismo foi alvo de pesadas críticas em Porto Alegre (que o autor analisa no jornal *Gazetinha*): às acusações de que o espiritismo levava à loucura e de que seus adeptos eram exploradores da fé, os espíritas procuraram contrapor (e expor) a racionalidade da fé e a caridade indistinta (MIGUEL, 2009, p. 180).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação que deu origem a este trabalho precede a curiosidade acadêmica: nasce do estranhamento ao olhar com atenção para um *outro* que, aparentemente, vive em falta de tudo aquilo que é consagrado como “básico”. Como é possível essa existência cuja materialidade se reduz ao que se pode carregar? Que tipo de vivências experimenta esse nômade urbano? Que relações estabelece com os demais habitantes da cidade? De qual “normalidade” se desprende, por quê, por quanto tempo? O que há de comum entre essas trajetórias que se multiplicam? E se a realidade é historicamente construída (também essa), como essa multiplicação *veio a ser*? Num segundo nível, trata-se da sua visibilidade: em 2008, houve em Porto Alegre uma preocupação em mapear e minimamente conhecer um conjunto de pessoas que tinham em comum, *a priori*, a desvinculação de um espaço privado de vivência. Mas em que outros momentos essa condição foi alvo de atenção? Desde quando ela é um “problema” na cidade? Que medidas foram pensadas através dos tempos para lidar com esse grupo?

Colocando-se em uma perspectiva temporal a aproximação – que já é complexa no presente – ao fenômeno da “situação de rua”, as dificuldades se multiplicam: na documentação histórica, esse “personagem” desliza, se esconde, atrás de outras denominações, outra moral, outras preocupações, outras intervenções. No processo de construção da pesquisa, encontram-se, afinal, rastros de indivíduos que, em outros tempos mas de forma semelhante, se desprenderam de uma rede que envolve a propriedade, o trabalho e o vínculo familiar. Daqueles que se queria, no fundo, ver o rosto e entender o itinerário, não restaram mais do que inclusões anônimas nos registros de uma assistência institucional. Indivíduos de “infâmia estrita” (FOUCAULT, 1992), a singularidade de suas experiências se perdeu: é por algum tipo de desvio, pela perturbação de alguma ordem, que passam a “existir” historicamente.

Ainda que obscura, uma vez constatada a sua existência, interessa perseguir os indícios de quais preocupações estiveram postas, o que essas pessoas representaram no conjunto de uma sociedade que se dispôs a tomar ações a seu respeito. Que tenham sido criadas, no mesmo ano de 1931, duas instituições com o objetivo autoatribuído de atender um público homólogo ao “morador de rua” de 2011 – ora nomeado como “mendigante”, ora como “sem teto”, entre outras tantas designações – serve para ajustar o foco: esse foi, é legítimo afirmar, um problema posto na cidade nesse momento. Cada uma dessas instituições propôs a sua própria resposta, organizando – de forma aparentemente autônoma – ações em relação ao seu objeto, intimamente associadas – como se tentou demonstrar – às represen-

tações que construíram sobre ele. Ambas eram mantidas financeiramente por meio de doações, contribuições e subvenções, e produziram discursos que visavam, de alguma maneira, ao convencimento e à justificação de práticas. O fato de que tenham encontrado tanto aceitação junto ao poder quando sensibilização na sociedade em que estavam inseridas sugere que os códigos que deram sentido aos seus esforços eram, em alguma medida, partilhados por esse grande conjunto.

Nesse processo de convencimento, é curioso perceber, na comparação entre os documentos produzidos pelas duas casas, que o empenho na argumentação é significativamente diferente: no caso da SPAAN, diversos discursos (que geralmente eram também publicados nos jornais) prestavam contas a todo momento sobre a importância do serviço prestado à coletividade, ao mesmo tempo em que convocavam a ação policial como a “outra face” do problema, “defendendo-se” da responsabilidade da solução definitiva. Na posição espírita do Instituto Dias da Cruz, por sua vez, a caridade tem valor absoluto e é dever evidente e indiscutível de todos; os textos são sempre mais secos (apesar do gosto do seu provável autor, João Pompílio de Almeida, por uma carga de dramaticidade, presente em outros escritos), deixando falar “a voz potente dos algarismos”, e apresentando, vez ou outra, ressalvas que soavam quase “protocolares”, sempre breves e muito esparsas, para afastar qualquer suspeita de incentivo à vadiagem.

As ações de caridade praticadas pela SPAAN – sem menosprezo ao valor que podem ter tido para aqueles que as receberam ou a sinceridade da intenção individual que pode tê-las movido – parecem ter sido sempre orientadas por uma intenção de fundo: resolver “o problema agudo do pedinte da rua”. A solução da distribuição de auxílios, porém, ainda que possa ter sanado a necessidade de alguns, não fez diminuir os pedintes; ao contrário, os pretendentes ao recebimento de socorros só aumentavam. Se o propósito não conseguia cumprir-se, havia que buscar as causas do insucesso e aperfeiçoar a solução. Com o passar do tempo, veio a resposta definitiva e também os meios de concretizá-la: no início da década de 1940 seria construído o “monumento altruístico” da SPAAN, destinado, pelo menos até 1949, simultaneamente ao “recolhimento de necessitados e [de] indivíduos considerados como elementos nocivos à ordem social”. Àqueles que não pudessem trabalhar, a reclusão como “assistência eficaz”; aos que insistissem no vício da ociosidade, a reclusão como punição. Para a pobreza que restasse, prescrevia-se o comportamento “correto”: manter o orgulho, não assumindo a postura de “humilhação” daqueles que pedem, e sobretudo a discriminação. A miséria pode ocorrer, por azar, por erro ou por falta de energia, mas o espaço público não é lugar para se “exibir o infortúnio”. Ao contrário, o caminho para encontrar as “energi-

as renovadoras” que poderiam levar à “recuperação integral”, é aguardar no silêncio da sua morada a ajuda salvadora.

Por outro lado, a criação – e utilização sempre crescente – de uma instituição de abrigo noturno como é o Dias da Cruz dá indícios, em primeiro lugar, de uma concepção de assistência que se fundamenta mais em outras premissas e, em segundo, de que a pretensão de “sanear as ruas da nossa bela capital” nunca chegou a ser plenamente realizada, ainda que seja difícil mensurar o seu sucesso. No “apoio moral” oferecido, na forma de conselho contra os vícios e encaminhamento para o trabalho, assim como no próprio formato de assistência do abrigo noturno – em oposição ao asilamento permanente – também está presente uma ideia de *recuperação*. Os indivíduos “desprotegidos da sorte” não são necessariamente *culpados* pela sua própria miséria, mas podem superá-la através da solidariedade, dever das “almas de bem”. Se a pobreza não é necessariamente *merecida*, “desvilaniza-se” e cria-se um espaço de acolhimento ao adulto pobre, que mesmo tendo condições de trabalhar, se encontra “sem trabalho” e “sem teto”. Nesse atendimento, assumidamente paliativo, o motivo da pobreza e a forma como esse pobre passa seus dias – ou como se coloca na paisagem da cidade – não funcionam como critério. Para o espiritismo, associar-se a ideais de solidariedade e contribuir para acalmar uma inquietação coletiva é – também – conquistar legitimidade, afastando-se das imagens de curandeirismo e fanatismo que acompanharam a sua inserção. O Instituto Dias da Cruz e a SPAAN são, não há dúvida, duas instituições de assistência fundamentalmente distintas, nas motivações, nas concepções e nas práticas, ainda que possam, eventualmente, ter tido “clientes” em comum. Não se trata, porém, de uma “evolução” no tempo, de uma “superação” ou de um “retrocesso”, já que as duas são perfeitamente contemporâneas, mas de uma divergência de representações.

Mais um salto no tempo, agora de regresso. Na mesma década de um novo século: em 2008, mais de 30 mil pessoas “em situação de rua” em várias cidades do Brasil tiveram sua existência atestada oficialmente, por determinação do governo federal; em 2004, o índice de desemprego no país, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), era de 13,1%; entre 1997 e 2002, só no estado de São Paulo, 1.006 pessoas foram detidas por “entregar[em]-se habitualmente à ociosidade, sendo válid[as] para o trabalho, sem renda que lhe[s] assegure os meios de subsistência”, e outras 484 por “mendigar[em] por ociosidade ou cupidez”; em 2009, o enquadramento da *mendicância* como contravenção penal foi revogado, enquanto a *vadiagem*, por lei, continua sendo passível de prisão.

A história *não* se repete. Parte do interesse que exerce está justamente no choque que causa olhar com atenção para o passado, ora pelas familiaridades que fazem parecer

congelada uma fatia do tempo, ora pelas marcadas diferenças de preocupações, explicações e, sobretudo, do que é aceitável explicitar. A intenção que pôs em movimento este trabalho era ampla, difusa e pretensiosa, como há de ocorrer, talvez, àquilo que comove – o entendimento e a emoção. À parte as múltiplas perguntas que o exercício de interpretação abriu e os diversos caminhos que poderia desenvolver, a construção aqui foi sobretudo de percepção, sobre o quão profundas podem ser as raízes históricas de certos discursos, ou, melhor posto, o poder que certas representações podem ter de se cristalizarem ainda que, pouco a pouco, vão se corroendo as bases que as sustentam.

FONTES CONSULTADAS

INSTITUTO ESPÍRITA DIAS DA CRUZ (IEDC):

ALMEIDA FILHO, João Pompílio de Almeida. *Contribuição ao estudo do problema da assistência social*. Tese oficial apresentada no 1º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1945. 14 p. (Memorial da Federação Espírita do Rio Grande do Sul).

INSTITUTO ESPÍRITA DIAS DA CRUZ. *50 anos de trabalho*. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria Andradas, 1957. 32 p. (Memorial do IEDC).

_____. *Relatorio do Instituto Espirita Dias da Cruz: exercicio de 1º de Março de 1936 a 28 de fevereiro de 1937*. Porto Alegre, 1937. 40 p. (Memorial do IEDC).

_____. *Relatorio do Instituto Espirita Dias da Cruz: exercicio de 1º de Março de 1937 a 28 de fevereiro de 1938*. Porto Alegre, 1938. 40 p. (Memorial do IEDC).

_____. *Relatorio do Instituto Espirita Dias da Cruz: exercicio de 1º de Março de 1938 a 28 de fevereiro de 1939*. Porto Alegre, 1939. 44 p. (Memorial do IEDC).

_____. *Relatorio do Instituto Espirita Dias da Cruz: exercicio de 1º de Março de 1939 a 29 de fevereiro de 1940*. Porto Alegre, 1940. 42 p. (Memorial do IEDC).

_____. *Relatório do Instituto Espírita Dias da Cruz: exercicios de 1º de Março a 31 de dezembro de 1940 e 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1941*. Porto Alegre, 1942. 48 p. (Memorial do IEDC).

_____. *Relatório do Instituto Espírita Dias da Cruz: exercicio de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1942*. Porto Alegre, 1943. 30 p. (Memorial do IEDC).

_____. *Relatorio do Instituto Espirita Dias da Cruz: exercicio de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1943*. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1944. 33 p. (Memorial do IEDC).

SOCIEDADE PORTO-ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS (SPAAN):

SOCIEDADE PORTO-ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS. *Relatorio apresentado ao Conselho Diretor da SPAAN pelo presidente da mesma e referente ao mês de Novembro 1931*. Porto Alegre, 1931. 3 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio referente aos meses de Dezembro de 1931 e Janeiro de 1932, apresentado ao Conselho Diretor da "SPAAN"*. Porto Alegre, 1932a. 3 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio referente ao mês de fevereiro de 1932, apresentado ao Conselho Diretor da "SPAAN"*. Porto Alegre, 1932b. 2 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio referente ao mês de março de 1932, apresentado ao Conselho Diretor da "SPAAN"*. Porto Alegre, 1932c. 2 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio relativo ao mês de abril de 1932*. Porto Alegre, 1932d. 1 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio relativo ao mês de maio de 1932*. Porto Alegre, 1932e. 3 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral da "SPAAN" e referente ao periodo administrativo encerrado em 30 de junho de 1932*. Porto Alegre, 1932f. 6 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio relativo ao segundo semestre de 1932*. Porto Alegre, 1933. 3 p.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral da "SPAAN" e referente ao exercicio de 1939*. Porto Alegre, 1940. 15 p. (Memorial da SPAAN).

_____. *Relatorio apresentado á Assembleia Geral Ordinária da "SPAAN" e referente ao exercicio de 1940*. Porto Alegre, 1941. 10 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1941. Porto Alegre, 1942. 8 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1942. Porto Alegre, 1943. 8 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1943. Porto Alegre, 1944. 8 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1944. Porto Alegre, 1945. 9 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1945. Porto Alegre, 1946. 11 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1946. Porto Alegre, 1947. 11 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1947. Porto Alegre, 1948. 11 p. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1948. Porto Alegre, 1949a. 8 p. (Memorial da SPAAN).

_____. [Ata] Reunião do Conselho Diretor da “Spaan” em 17 de março de 1949. Livro 4, f. 2v, 1949b. (Memorial da SPAAN).

_____. [Ata] Reunião do Conselho Diretor da “Spaan”, em 19 de abril de 1949. Livro 4, f. 3v, 1949c. (Memorial da SPAAN).

_____. [Ata] Reunião do Conselho Diretor da “Spaan”, em 24 de junho de 1949. Livro 4, f. 4v, 1949d. (Memorial da SPAAN).

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral Ordinária da “SPAAN” e referente ao exercício de 1949. Porto Alegre, 1950. 10 p. (Memorial da SPAAN).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS:

A CIDADE. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13 jun. 1931, p. 5. (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

A PROPÓSITO da criação de um albergue noturno. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10 jun. 1931, p. 5. (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

PARA os pobres e necessitados. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 jun. 1931a, p. 7. (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

_____. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14 jun. 1931b, p. 6. (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

UM ABRIGO aos desamparados. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 6 jun. 1931, p. 7. (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

UMA MEDIDA que se impunha. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11 jun. 1931a, p. 9. (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

_____. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 jun. 1931b, p. 12. (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 18, n. 2, p. 89-98, maio/ago. 2006.
- CAPPER, Marcylyne de Oliveira. *População de rua: memória e histórias de vida*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Marcylyne%20de%20Oliveira%20Capper.doc>>. Acesso em: 25 maio 2009.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Zero à Esquerda).
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).
- COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/993/773>>. Acesso em: 25 maio 2009.
- DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-28.
- FLORA, M. C. *Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128.
- GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos (Org.). Introdução. In: _____. *Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008. p. 9-12.
- GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia - 1400-1700*. Tradução Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp; Educ, 2006.
- _____. *Poder e contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris*. São Paulo: Fapesp; Educ, 2007.
- GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 326 p.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982. 383 p.
- KASPER, Christian Pierre. *Habitar a rua*. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, SP. 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000384712>>. Acesso em: 29 mar. 2010.
- MAGNI, Cláudia Turra. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. (Série Conhecimento; Teses e dissertações, 35). 112 p.
- MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 1, verão 1998. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v3n1/silvia.htm>>. Acesso em: 1 out. 2009.

- _____. *Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)*. 1996. 415f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, SP, 1996.
- MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16 (2), maio/ago. 2004. p. 47-58. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2009.
- MENDES, Jussara; SILVEIRA, Sandra. Nas páginas dos periódicos: construção social e realidade do fenômeno morador de rua. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/997/777>>. Acesso em: 25 maio 2009.
- MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo *fin de siècle*: a inserção do Espiritismo no Rio Grande do Sul (1896-1898). *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano II, n. 4, p. 145-184, maio 2009.
- MISSE, Michel. *O final da cadeia: interpretações da violência no Rio*. 1998. Disponível em: <[http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/O final da cadeia.pdf](http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/O%20final%20da%20cadeia.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Tradução Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PAUGAM, Serge. Prefácio. In: GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp; Educ, 2006. p. 9-12.
- PEGORINI, Fernanda Vecchi. *Guardiões da desordem: discurso e poder entre juristas e criminólogos em Porto Alegre (1890/1940)*. 2007. 132 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.
- PEREIRA, Viviane Souza. *População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2007. Disponível em: <http://www.btdt.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=129>. Acesso em: 25 mar. 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord.). *O espetáculo da rua*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. il. 96 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. (Síntese Rio-grandense, 18-19). 156 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. 357 p.
- SCHUCH, Patrice et al. “População em situação de rua”: conceitos e perspectivas fundamentais. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos (Org.). *Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008a. p. 13-30.
- SCHUCH, Patrice et al. População adulta em situação de rua em Porto Alegre: especificidades sócio-antropológicas. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos (Org.). *Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008b. p. 31-70.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História; 42).
- SINOPSE estatística de Porto Alegre: 1940. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940. 317 p.

- SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 261-289. (Coleção O Homem e a História).
- SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998. 528 p.
- SPOSATI, A. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1985.
- STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 295 p.
- VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 7, n. 21, p. 556-605, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.casadoperegrino.org.br/imgs/MoradoresdeRua.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2009.
- VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900-1919)*. 1992. 327 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1992.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. *História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978. 237 p.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Org.).
- ZANIRATO, Sílvia Helena. Imagens da pobreza urbana na imprensa paulista. O Estado de São Paulo. 1933-1942. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999. p. 323-340. Disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=61&layout=abstract>>. Acesso em: 1 out. 2009.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. São Paulo 1930/1940: novos atores urbanos e a normatização social. *História Social*, Campinas, n. 7, 2000. p. 241-264. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/historiasocial/article/viewFile/117/115>>. Acesso em: 2 out. 2009.

APÊNDICE A**NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS DO ABRIGO NOTURNO DIAS DA CRUZ POR ANO**

	Seção masculina	Seção feminina
1931	15.831	692
1932	24.708	402
1933	29.178	740
1934	25.170	634
1935	29.770	1.767
1936	15.717	3.363
1937	16.193	4.390
1938	11.065	3.914
1939	10.985	4.918
1940	20.518	4.549
1941	17.953	3.905
1942	20.818	6.822
1943	17.239	8.134
1944	23.185	9.586
1945	14.036	6.166
1948	28.065	12.086

APÊNDICE B

NÚMERO DE ATENDIMENTOS DO ABRIGO NOTURNO DIAS DA CRUZ POR MÊS

SEÇÃO MASCULINA

	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1948
Janeiro	1.212	1.352	1.174	898	1.149	1.389	1.734	1.392	2.128
Fevereiro	1.172	1.414	1.079	1.108	1.146	1.169	1.446	1.354	2.195
Março	1.259	1.875	1.228	983	—	1.379	1.672	1.590	2.314
Abril	1.185	1.451	1.033	781	—	1.389	1.984	1.764	2.546
Maio	1.288	1.439	1.073	876	—	1.241	1.896	1.632	2.479
Junho	1.424	1.519	877	1.033	—	1.180	1.881	1.388	2.214
Julho	1.556	1.257	869	848	—	1.734	1.822	1.461	2.501
Agosto	1.502	1.540	716	768	—	1.676	1.752	1.481	2.339
Setembro	1.414	1.231	683	865	—	1.607	1.702	1.324	2.288
Outubro	1.359	1.008	772	948	—	1.721	1.805	1.187	2.545
Novembro	1.209	1.042	761	907	—	1.675	1.615	1.338	2.388
Dezembro	1.137	1.065	800	970	—	1.793	1.509	1.328	2.128
TOTAL	15.717	16.193	11.065	10.985	20.518	17.953	20.818	17.239	28.065

SEÇÃO FEMININA

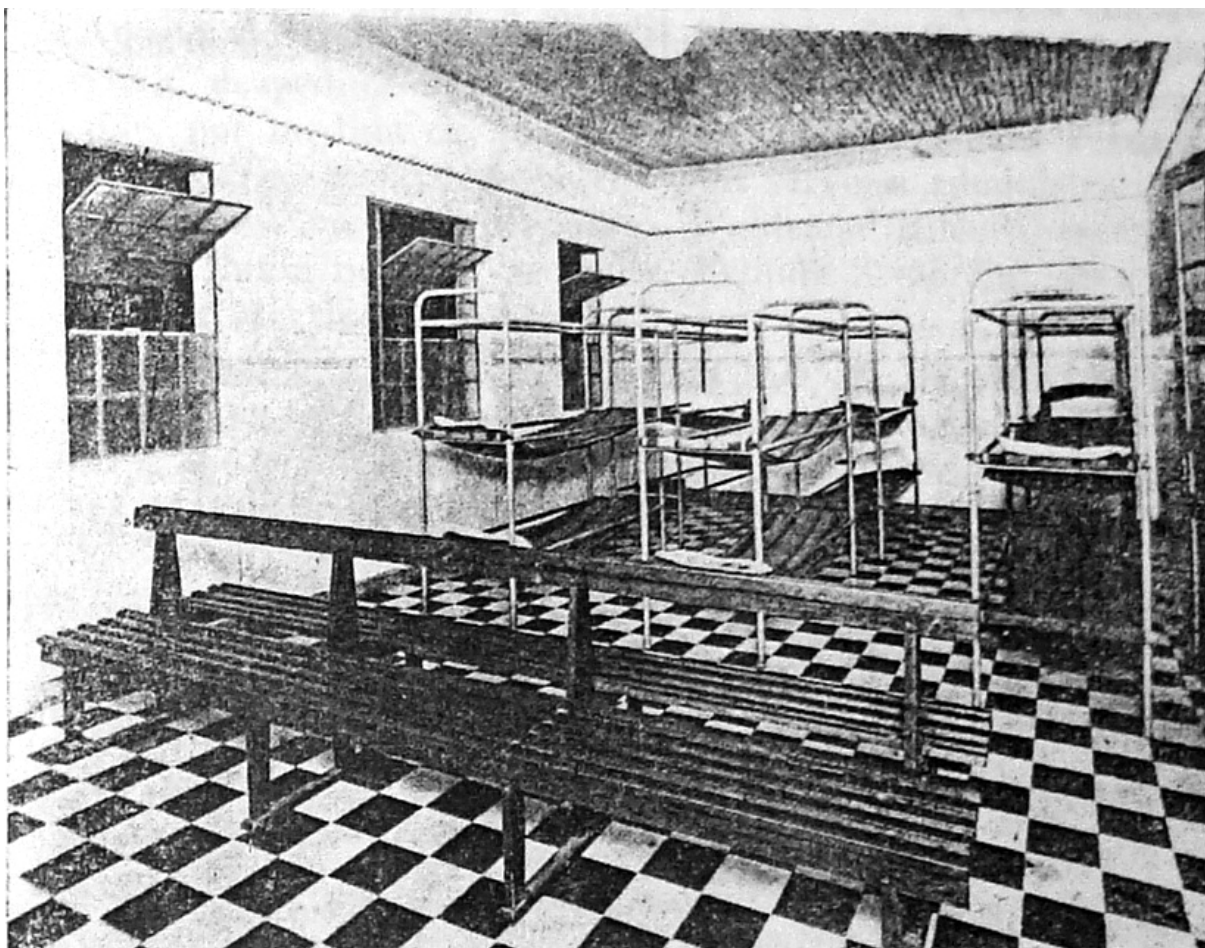
	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1948
Janeiro	280	293	315	297	547	225	675	817	1.094
Fevereiro	182	180	270	322	409	219	635	625	987
Março	200	312	236	359	—	130	543	622	919
Abril	321	314	309	407	—	255	608	598	1.045
Maio	335	429	316	472	—	343	506	673	1.155
Junho	295	589	307	417	—	256	441	647	1.000
Julho	281	407	286	461	—	350	364	544	1.197
Agosto	218	378	281	393	—	324	374	501	894
Setembro	351	306	359	325	—	362	567	623	711
Outubro	315	477	470	418	—	490	719	730	894
Novembro	234	392	413	381	—	482	626	880	1.096
Dezembro	351	313	352	666	—	469	764	874	1.094
TOTAL	3.363	4.390	3.914	4.918	4549	3.905	6.822	8.134	12.086

ANEXO A
DORMITÓRIO DE ADULTOS DO SEXO MASCULINO DO ABRIGO NOTURNO DIAS DA CRUZ

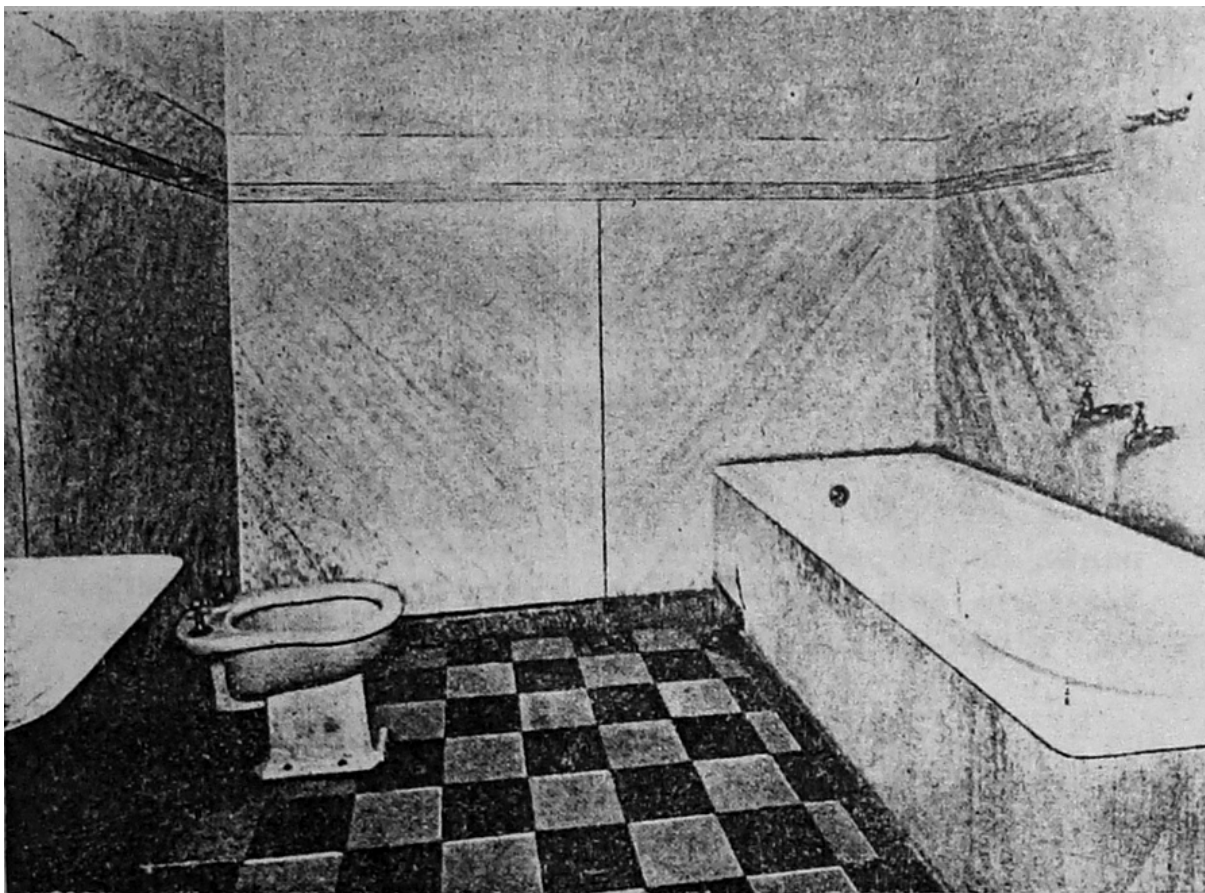


Fonte: ANDC, 1937, p. 18.

ANEXO B
DORMITÓRIO DA SEÇÃO FEMININA DO ABRIGO NOTURNO DIAS DA CRUZ



Fonte: ANDC, 1937, p. 23.

ANEXO C**QUARTO DE BANHO DA SEÇÃO FEMININA DO ABRIGO NOTURNO DIAS DA CRUZ**

Fonte: ANDC, 1937, p. 26.